

A PESQUISA HISTÓRICA NO BRASIL (*).

FRANCISCO IGLÉSIAS

Professor de História Econômica Geral e do Brasil da
Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais (Belo-Horizonte).

A Mesa-Redonda sobre “A pesquisa histórica no Brasil”, promovida pelo Núcleo do Paraná da Associação dos Professores Universitários de História, como parte da XXIII Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, tem importância decisiva no quadro intelectual do país. É a primeira vez que essa instituição considera deve abranger também as ciências sociais. Deve-se aos professores de História do Núcleo do Paraná a iniciativa de fazer participar de colóquios, em que se examinam as ciências e o que podem fazer pelo Brasil, a História, até aí excluída de tais debates. A Mesa-Redonda, que ora se realiza, pode ser vista como verdadeiro marco na vida da História no Brasil, como também no das ciências, que assim dilatam seus horizontes. É a superação do quadro estrito do século XIX, com seus determinismos e falsos conceitos, que levaram a idéias empobrecedoras da realidade científica.

Nossa comunicação tem caráter eminentemente crítico. Não desejamos ser polêmicos, mas a oportunidade é boa para denunciar a situação de inferioridade em que se encontram os estudos de História no Brasil, por uma série de razões que são apontadas. Não se veja no escrito intento negativo, pois só o desejo de valorização do trabalho nos anima. A comunicação está dividida em sete partes: na primeira, tenta-se colocar o tema no quadro da realidade nacional; na segunda, sobre o estado da pesquisa no Brasil, examina-se o que representam alguns elementos responsáveis por ela; na terceira, lembram-se

(*) — Comunicação apresentada à Mesa-Redonda, promovida pelo Núcleo Regional do Paraná da Associação dos Professores Universitários do Brasil (APUH), sobre a “Pesquisa Histórica no Brasil”, por ocasião da XXIII reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), em Curitiba, no dia 5 de julho de 1971 (*Nota da Redação*).

algumas críticas e sugestões de José Honório Rodrigues, que dedicou livro ao assunto; na quarta, procura-se dar evidência a certos aspectos da investigação em ciência social; na quinta, examina-se, com a mesma brevidade, o papel de duas novas perspectivas da História, no campo da teoria e da técnica de trabalhar o documento; na sexta, depois de assinalar a posição de desvantagem em que se encontra a disciplina no Brasil, apontam-se possíveis caminhos para superar as faltas. Na conclusão, justificativa do que se escreveu.

* *
*

I. — *O tema e a realidade nacional.*

Primeira vez que se verifica encôntro do gênero, é natural que o assunto seja “A pesquisa histórica no Brasil”, pois permite se equacione a história nacional no que tem de básico. O tema escolhido é muito feliz. De fato, quem conhece a historiografia brasileira sabe que ela é ainda bastante precária. Há inúmeros assuntos que nunca foram tratados, sobretudo os que são difíceis e significativos, pelo fato de que os historiadores se detêm antes no espetacular dos acontecimentos, fazendo sobretudo história política: mesmo essa, é feita com atenção aos grandes vultos e episódios, sem considerar as instituições e o quotidiano, que modelam aquêles, de modo que tudo fica em nível superficial, sem exploração do que há de decisivo. O que não é específico do Brasil, mas é comum entre historiadores, uma vez que só recentemente — sobretudo a contar do século XIX — a História envereda por caminho mais seguro, com boas técnicas de trabalho e lúcida compreensão de sua natureza. Percebe-se aí que é impossível que continue a ser feita em caráter impressionista, pois exige o preparo especializado, com as disciplinas auxiliares, bem como a capacidade de interpretação, dada pelas ciências sociais que penetram na realidade humana e oferecem modelos explicativos — ramos de conhecimento de evolução recente, como se sabe. Assim, impõe-se novo conceito de História, que amplia o horizonte no tempo e no espaço, na tentativa de abarcar tôdas as culturas — a busca da universalidade —, que leva às Histórias especiais, único modo possível de apreender o processo histórico. Impõem-se as análises em cortes temporais — Idades, séculos, anos —, geográficos — continentes, países, áreas, cidades —, particulares — política, religiosa, econômica, artística. A História é tarefa então para grupos de pessoas, que trabalham em harmonia, dentro de um plano. Abandona-se o amadorismo, ou a produção em termos de apostolado, proselitismo, obra literária, perseguindo-se o levantamento sistemático da realidade, quanto possível objetivo, documentado, medido,

com métodos científicos. Importam as instituições, as grandes estruturas, não o eventual ou episódico, ainda que revestido de nome sonoro. A nova História requer formação especializada e modéstia de propósito, no trabalho contínuo pela explicação do social sob o signo da temporalidade.

O que marcava a historiografia tradicional ainda sobrevive em grande parte. Seus cultores têm, mesmo hoje, traços da produção antiga. Apesar dos cursos universitários de História, a maior parte do que se publica de História do Brasil se ressent de vícios que já deviam ter sido superados. Dois deles precisam de denúncia: a falta de pesquisa e a falta de interpretação. Pesquisa-se pouco entre nós: a maior parte dos escritos é simples repetição de anteriores, perpetuando-se equívocos. A pesquisa supõe preparo especial: paleografia, capacidade de organização do material, conhecimento das fontes, sensibilidade para apreender o que é significativo, além de constância e muito labor. Como os Arquivos brasileiros são mal organizados, sem índices, às vezes nem mesmo simples arranjo de papéis, o trabalho é difícil, pois o estudioso tem que fazer tudo, descobrindo onde se encontra o material, para limpá-lo e organizá-lo para a conveniente leitura e anotação. Em centros mais avançados — como alguns países da Europa e Estados Unidos —, muito dêsse esforço é poupado pela excelência dos Arquivos, catalogação, fichários, obras de referência, de modo que o pesquisador apenas tem que ler o documento, pedindo por carta ou telefonema a cópia microfilmada de quanto existe em outros Arquivos. Daí a superioridade da historiografia desses países.

Por outro lado, não basta saber pesquisar, mas, como é óbvio e costuma ser esquecido, é preciso também compreender o texto. A capacidade interpretativa só é apurada quando se conhece alguma ciência social: sem o que é dado pela Economia, Sociologia, Antropologia ou Política, sem o convívio com alguma delas, o pesquisador não tem instrumento de interpretação, de modo que de sua pesquisa, ainda que honestamente conduzida, o resultado será modesto, com simples crônica, relatório, a *histoire historisante, événementielle, factual, hechologia*, que não é satisfatória. Seria fácil ilustrar com exemplos brasileiros. Se há o livro de larga pesquisa e pouca elaboração, que quase sempre constitui obra de interesse, ainda que não seja importante, há os que interpretam demais, sem qualquer pesquisa. E' raro se obtenha resultado apreciável nessa linha, ainda que se possa apresentar caso de autor que, embora com pouca informação, consiga elaborar bem, pela aplicação prudente de modelos formulados pela ciência social — a Economia, por exemplo. O mais comum, no caso, entretanto, é a aplicação mecânica de algum esquema analítico ou filosofia da História, com resultados discutíveis ou mesmo péssimos, como se vê com certas

aplicações do positivismo ou marxismo: a historiografia brasileira tem vários exemplos. Não vem a propósito discutir o modelo e sua teoria, mas o modo de produção, nada recomendável em História.

A tarefa historiográfica implica em pesquisa e interpretação — repita-se o lugar comum, para o qual, no entanto, nem sempre se atenta. Exatamente por êsse motivo é que a produção nacional é quase sempre débil. Explica-se o fato, em parte, por características locais: país sem tradição universitária, cujos trabalhos no campo intelectual se apresentam freqüentemente com caráter decorativo, sem rigor, com falsa noção de humanismo. Perde-os sobretudo o tom amadorístico. Os estudos sôbre o Brasil aparecem agravados no setor da História, fãcilmente abordado pelo leigo, ou pelo que se orienta por motivos que podem ser até válidos — patrióticos, familistas, catequéticos, beletristas —, mas nada têm a ver com a ciência. Já a Sociologia, a Antropologia, a Política e a Economia estão um pouco imunes a essas incursões: é claro que também são praticadas pelo leigo, que acha que as conhece — há inúmeros livros que andam por aí e passam por de sociologia ou de outra ciência, aos olhos de seus autores e até de críticos desavisados —, mas em número menor. Uma das vantagens das chamadas ciências exatas e da natureza é que elas inspiram respeito e têm campo que é vedado a quem não as conhece: é possível que alguém escreva sôbre elas com primarismo ou até êrro, mas não é possível que êsse autor não tenha certa iniciação; já as ciências sociais, por terem campo muito geral e não disporem de metodologia tão severa, podem ser supostamente cultivadas por pessoas que se supõem escritores e então escolhem essa faixa para dissertações. A Economia é a menos atingida — exatamente pelo fato de já ter rigor; depois a Antropologia, seguida pela Política e pela Sociologia. A mais exposta é a História.

Sua situação no Brasil, pelo amadorismo e limitações que caracterizam parte do que se faz, é inadmissível agora. Em primeiro lugar, pelo próprio amadurecimento da disciplina, que já tem suas técnicas severas, incompatíveis com o discurso, a composição escolar ou a dissertação acadêmica. Depois, pelo fato de que o país também amadureceu, em todos os sentidos, não sendo mais, quando encarado como um todo, país de menoridade intelectual: o estudo não é mais enfeite, mas busca de interpretação da realidade, em têrmos científicos. Superou a fase ornamental dos academismos de festas recreativas, de cunho provinciano ou paroquialista, ingenuidades do sub-desenvolvimento. E' que o Brasil cresceu, aprimorando-se em tôda linha. Ultrapassou o universo arcaico, tradicionalista, que o modelava e o tolhia. E' longo processo que se conhece bem e só pode ser entendido se examinado globalmente, na evolução nacional que se insere no plano am-

plo das mudanças que se verificam em todo o mundo, no encaminhamento das contradições entre as grandes potências e nas crises dos sistemas econômicos — notadamente o capitalismo —, que levam às tentativas de afirmação, parcialmente conseguidas, das várias nacionalidades — as chamadas “nações proletárias”, “Estados periféricos”, “Terceiro mundo” e alguns outros títulos já cunhados. É processo que no Brasil custou a ser cumprido, pelos entraves do grupo dominante, muitas vezes até inconscientemente, que via perder o domínio que tinha pelo surgimento de novas forças. Alterou-se a fisionomia nacional: a atividade econômica diversificada impôs a indústria, fazendo que o país deixasse de ser simples fornecedor de matéria-prima para o mercado externo, de modo que a economia supera o estágio de colonial; a sociedade também se diversifica, torna-se mais aberta, com os grupos tradicionais — a burguesia agrária, a comercial e a industrial —, a classe média com suas várias expressões — comerciantes, funcionários, militares, padres, artesãos, profissionais liberais — e níveis — classe média alta, média e baixa —, os trabalhadores — o do campo e o das cidades. Ao sôpro inovador da urbanização e industrialização, verifica-se mudança social que altera as regras do jogo político. Todo êsse conjunto de inovações é como que institucionalizado com a revolução de 1930, que assinala a vitória de valores antes negados. Há uma democratização contínua, que se faz com irregularidades, avanços e recuos, incompreensões de grupos novos e tradicionais, que levam ao radicalismo de uns e outros, com os conseqüentes erros: daí as perplexidades das crises em que vivem os latino-americanos, por exemplo, que é difícil entender e encaminhar o que se apresenta. A longo prazo, porém, é claro que o sinal é positivo.

Impunha-se assim outro ambiente intelectual, que começa a adquirir consistência em 1922, com o Modernismo, que foi de fato “a atualização da inteligência artística brasileira e a estabilização de uma consciência criadora nacional”, como afirmou seu expoente Mário de Andrade (O movimento modernista, pág. 45). Se o modernismo é a revolução no plano artístico, na década de vinte, com as revoltas contínuas, em que aparece o fermento da inquietação da ala jovem do Exército, com o Tenentismo — fator de mudança política —, no plano da ciência social verifica-se também o revigoramento da consciência crítica, que se volta para o país, no gôsto de análise de sua realidade e na busca das origens de seus problemas. Quando o Brasil comemora o centenário de sua independência, a geração mais atuante dá o balanço e impõe tarefas a si mesma, de modo a completar o trabalho daqueles que pretenderam a emancipação política em 1822. Assim é que em 1920 Oliveira Viana inicia a publicação de sua obra, com *Populações meridionais do Brasil*; em 1928, Paulo Prado publica

Retrato do Brasil; em 1933, Gilberto Freire lança *Casa Grande e Senzala*; em 1936, Sérgio Buarque de Holanda escreve *Raízes do Brasil*. Ainda que marcados por traços impressionistas, às vezes mais ensaios que análises objetivas, são a prova de outra consciência dos problemas brasileiros. Afirmar, como se faz às vezes, que são o descobrimento da realidade nacional, não nos parece correto. São redescobrimientos, em novos níveis, que já tivéramos no passado interpretações lúcidas como as de Joaquim Nabuco, Euclides da Cunha, Rio Branco, Capistrano de Abreu, como as de gerações anteriores. Nunca nos faltou, felizmente, certa apreensão da problemática: o que se dá é seu aprimoramento, em extensão e profundidade, que as teorias e métodos interpretativos são cada vez mais ricos.

Surtem as escolas de ciência social, como a de Sociologia e Política, em São Paulo, em 1932, as Faculdades de Filosofia e as de Ciências Econômicas. Elas buscam diagnósticos para a crise nacional e pretendem formar os técnicos que a sociedade reclama. Superado o padrão bacharelesco e pretensamente humanista da educação tradicional, fruto de preconceitos que garantiam certa ordem, há exigências que impõem outro ensino. Desenvolvem-se escolas e orientações intelectuais, em consonância com a necessidade de construção de um Brasil novo. Data daí a evolução da Economia, da Sociologia, em menor escala da Antropologia e da Política, que buscam explicações. Se nem sempre acertam, é que tentam aplicar as fórmulas da ciência européia ou norte-americana, moldadas para sociedades desenvolvidas, com o fatal desajuste. Com o tempo, no entanto, elas se apuram na técnica e delimitam com rigor o objeto, adequando a metodologia, de modo a obterem maiores êxitos. Pode-se dizer que as ciências sociais ajudam na construção de um Brasil moderno e eficiente, do qual são expressões e agentes diretores.

O mesmo, no entanto, não pode ser dito da História, que pouco se renovou. Sendo a primeira que estudou a realidade nacional, não se desenvolveu como as outras, apresentando-se agora muitas vezes em posição de desvantagem. O historiador brasileiro tem muito de alienado, voltando-se para épocas e temas que pouco lhe dizem e aos quais quase não tem o que acrescentar — se é que tem —, ou, mesmo quanto a seu país, detendo-se no acidental e episódico, no trato de assuntos de mínima riqueza e com métodos infecundos, no conceito equivoco de que a História é para ilustração, voltando-se só para o passado, tanto mais válido quanto mais longínquo; ou na busca pretensiosa de grandes sínteses, às vezes arbitrárias, com a aplicação mecanicista de teorias cunhadas para outras realidades, com parca ou nula eficácia para o nosso caso. Urge diagnosticar a situação dos estudos de História do Brasil, desmitificando-os e desmistificando-os, a fim de

que tenham encaminhamento melhor. Para tanto, nada melhor que focalizar o tema que é proposto ao debate nesta Mesa-Redonda.

*

II. — *Situação da pesquisa histórica no Brasil.*

Se a História é a mais antiga das ciências sociais — ela é que faz a primeira indagação sobre o homem, o presente e o passado, como se vê nos logógrafos e cronistas e mesmo nos grandes historiadores da Antiguidade clássica, precedendo as outras reflexões sobre o homem e a sociedade —, também no Brasil o fato se verifica. É lógico que não havia estudos econômicos, sociais ou políticos, em padrões técnicos, no período colonial — somente aproximações desses problemas, em alguns raros relatórios de autoridades administrativas ou religiosas —, quando já havia estudos históricos, embora, é claro, sem a orientação mais segura que se estabeleceria depois. Há produção historiográfica sobre o país desde o século XVI, como se vê na obra de Pero de Magalhães Gândavo. Também nos séculos XVII e XVIII há obras a serem consignadas, como se poderia demonstrar com muitos exemplos. A pesquisa histórica propriamente, no entanto, só aparece no século XIX. Se de fato mesmo na Europa é então que ela se desenvolve, no Brasil pode-se encontrá-la no trabalho de alguns autores e até no cuidado da administração. Assim é que então produz a sua obra, fundado em ampla pesquisa, com os métodos em voga, Francisco Adolfo de Varnhagen, certamente quem mais fez pela historiografia brasileira, como levantamento de fontes, descobertas e revelações de originais, como pela arquitetura grandiosa que deu à sua obra principal e a outras menores.

É de 1838 a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que realizou ampla e notável tarefa, promovendo pesquisas no país e no estrangeiro, concursos e conferências e editando revista que recolheu o que havia de melhor. Teve como modelo o Instituto Histórico de Paris, criado em 1833, com as simpatias oficiais de ministros e políticos. O organismo francês admitiu logo sócios brasileiros, honorários ou correspondentes, como Pedro de Araújo Lima — que seria o Regente na época da criação do órgão brasileiro —, Gonçalves de Magalhães, Araújo Porto-Alegre, Monte-Alverne, Januário da Cunha Barbosa. Além de contar com sócios brasileiros, ocupou-se por vezes de nossos temas. Pouco depois, em 38, seria criado Instituto semelhante no Brasil, com base no modelo de Paris (tal como se daria mais tarde, em 1896, com a Academia Brasileira de Letras, cujo modelo foi a Academia Francesa, criada no século XVII). Como o francês, o brasileiro contou com as graças oficiais, notadamente de

D. Pedro II. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro teve mais regularidade, sempre com o mesmo nome, enquanto o outro o mudou algumas vezes e interrompeu as atividades por causa de guerras, como se viu em 1848 ou 1939. Se aquêle teve uma revista, que mudou de nome — *Journal de l'Institut*, em 1834; *l'Investigateur*, em 1840; *Revue de la Société des Études Historiques*, em 1883; *Revue des Études Historiques*, em 1889 —, a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* mantém-se de 1839 a nossos dias, com pequenas variações no título. Se o Instituto Histórico tem papel de relêvo no quadro nacional, muito de seu prestígio se deve à *Revista* que publica, com mais regularidade que a francesa que o inspirou. De 1839 a 1969 há 282 volumes, contendo extraordinária riqueza de estudos e documentos oficiais, de fontes para o historiador. Além dessa revista, o Instituto realizou Congressos de História — Nacional, da América, ou sôbre certos temas, como a contribuição para a biografia de D. Pedro II ou a comemoração do centenário da transferência da capital para o Rio —, cujos *Anais* constam de vários volumes, elevando o número de edições da *Revista*. A fase mais notável da publicação é exatamente a primeira, quando edita documentos, memórias.

O Imperador deu sempre a maior assistência ao Instituto, a começar pelo comparecimento freqüente às suas sessões. Demais, incentivou os diplomatas brasileiros no estrangeiro a obter documentos de interêsse para o país, ou promoveu missões na Europa, de pesquisas em Arquivos, com bons resultados. Há muitas a serem assinaladas, como as de Gonçalves Dias, João Francisco Lisboa, Joaquim Caetano da Silva, outras ainda. Pena a República não tenha dado à atividade o mesmo desvêlo, que tão bons efeitos produziu. Não vem ao caso dizer quais foram e o que fizeram essas missões, no Império e na República, seus êxitos e limitações, que elas estão superiormente arroladas e criticadas por José Honório Rodrigues em livro fundamental, sôbre a matéria que nos interessa e do qual se falará em outro item.

O papel do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro seria secundado pelo de Institutos Históricos em diferentes Províncias, criados ainda no Império, alguns dos quais tiveram atuação importante, como os de Pernambuco e do Ceará. Outro que merece referência é o de São Paulo. Depois, continuariam a ser instituídos, nos Estados e até em algumas cidades. O de Minas foi criado em 1907. Vários municípios mineiros também têm os seus, como Juiz-de-Fora, Ouro-Prêto, outros ainda, o mesmo devendo verificar-se em muitos Estados. O certo, porém, é que poucos organismos exerceram papel marcante, consumindo-se sobretudo em solenidades públicas, dirigidos por figuras de prestígio social e político, entregues às comemorações

de datas de episódios e homens considerados importantes pela perspectiva do oficialismo. E' o que se vê pela crônica dos que se gastam em festejar os poderosos do dia ou os fatos de ontem, sem análise crítica, apenas para exercícios oratórios, no pior sentido acadêmico, com votos de louvor e de pesar, elogios e necrológios, como clubes recreativos ou grêmios de ginásios de cidades do interior. Os que conservam arquivos ou publicam revistas sempre merecem consideração, ainda que as edições sejam de qualidade média ou sem critério seletivo. No capítulo da pesquisa, lugar de relêvo cabe a essas instituições, notadamente o Brasileiro e alguns regionais.

Outro elemento que deve ser considerado é o das Escolas. No panorama institucional do ensino, a História tinha função meramente ilustrativa. No nível secundário ou no superior, o comum era ser vista como disciplina que ajuda a entender o presente, mas a forma pela qual era transmitida pouco colaborava para êsse fim. Na verdade, constituía matéria de cultura geral, que dava informações para elevar os conhecimentos do estudante, que depois os usaria na conversa ou no discurso. Só recentemente se cogitou do ensino da História em nível superior, a fim de formar profissionais. Tal é o sentido do curso de História nas Faculdades de Filosofia, que apareceu associado inicialmente ao de Geografia — curso de Geografia e História —, reminiscência de preconceitos da ciência social do século XIX, com sua crença nos determinismos, um dos quais era o condicionamento geográfico da História, em idéia que se cultivou por muitas gerações, até ser abalada em meados do século atual e posta no museu quando se atentou para a importância decisiva de outros fatores, como a tecnologia e as inúmeras variáveis sociais que explicam com muito mais riqueza o processo evolutivo. Afinal, em 1950, fêz-se a indispensável separação, passando a haver dois cursos — o de Geografia e o de História —, em tudo diversos, como fundamento, orientação, campo de estudos, objetivos. O que não significa, é evidente, que se possa fazer História sem Geografia: o que se dá é que é mecânico e pobre o entrelaçamento anterior, além do fato de que a nova Geografia é dinâmica e viva, não estática e quase pura descrição, como se verificava naqueles programas que não podem mais subsistir. Ainda em 1949, no entanto, alguém como Braudel começa o seu *La Méditerranée et le Monde Méditerranéen à l'époque de Philippe II* com o estudo de *La part du milieu*, é certo que sem dogmas e com justa colocação metodológica, denúncia dos perigos do determinismo. A associação das duas ciências é comum ainda na França, cujo ensino superior, como se sabe, tem muito de rotineiro, sem abertura às inovações, o que provoca, como resultado, a atitude radical dos jovens, como se viu na revolta de Maio. A França nem sempre é bom padrão

universitário. Lembre-se ainda que de tal modo as duas ciências se distinguem, pela especificidade de cada uma, que constituem hoje escolas que nem figuram nas mesmas áreas, como se vê na nova estrutura da Universidade Federal de Minas Gerais: o curso de História fica na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, enquanto o de Geografia constitui unidade isolada, que mantém maiores relações com o Instituto de Ciências Exatas, no qual se encontram as matérias que melhor o fundamentam.

As Faculdades de Filosofia foram em boa hora criadas e vêm cumprindo o seu papel, desde 1939. O principal dêles é a formação de professores, como se vê no parecer nº 377/62, relatado por Newton Sucupira, do Conselho Federal de Educação:

“o currículo mínimo de História proposto se destina à preparação para o magistério na escola média”.

Se fala ainda que

“não se pode pensar um professor de história sem ter um conhecimento básico do método histórico”,

o fato é que só se cogita do professor de ensino médio. E' certo que o padrão de ensino secundário de História melhorou consideravelmente com a obrigatoriedade de que os professores fôssem diplomados por Faculdades de Filosofia. Ainda há muito a ser feito, mesmo nesse capítulo de formação de professores, que os cursos apresentam por vezes nível bastante rudimentar. Basta que se atente para a multiplicação das escolas: ora, se é difícil fazer uma boa unidade em cidades grandes, capitais de Estados — na verdade, quantos têm uma Faculdade de Filosofia realmente digna do nome? —, pode-se imaginar o que são as dezenas que se encontram ao longo de todo o Brasil. Como é escola de fácil constituição, que exige menores recursos de montagem, improvisam-se inúmeras. Onde, por exemplo, há um Bispado ou colégio de freiras, logo se cogita de uma, na qual não falta nunca o curso de História, visto como o mais fácil. Não vem ao caso discutir se é política certa ou errada a sua aprovação pelos poderes públicos. Elas existem, eis tudo. Parece-nos fora de dúvida que sempre cumprem algum papel, pois seus alunos, por mais deficiente seja a estrutura, lêem algum livro, ouvem falar de autores que ignoravam e têm informação de problemática que até então desconheciam. Desconfiamos que atuam positivamente quanto à formação de professores para o curso secundário — o que bastaria para justificar a sua existência.

Acontece, no entanto, que elas deviam ter outra função ainda, que é a formação de profissionais para História — pesquisadores e

historiadores. E essa é bem pouco cumprida. Poder-se-ia discutir mesmo a necessidade de Escola com a função. Se antes havia historiadores que não passaram por bancos acadêmicos com o objetivo de formação com esse fim, qual a necessidade dos novos estabelecimentos agora? E lembram-se logo os nomes dos grandes do passado mais longínquo — gregos; romanos, cronistas medievais, mestres renascentistas e dos séculos seguintes, quando filósofos, políticos, militares, financistas e outros foram autores de obras notáveis de História. Ainda no século XIX temos os nomes de Ranke e Mommsen, Carlyle, Burkhardt, ou, no atual, os de Sombart, Max Weber, Croce, Toynbee, que não fizeram cursos de História. No Brasil, Varnhagen, Oliveira Lima, Nabuco, Rio Branco, Capistrano e tantos mais prepararam-se para outras carreiras e foram historiadores notáveis. Seria o caso de concluir pela inutilidade dos cursos de História? E' claro que a resposta deve ser negativa. Também não havia cursos de Economia ou de Teatro, e havia economistas e atores; o Direito, a Medicina, a Técnica em geral, desenvolveram-se antes que existissem institutos dedicados a êles. A disciplina precede a escola, é claro; depois, seu desenvolvimento é que impõe a necessidade de formação que leva aos estabelecimentos especializados. O mesmo é aplicável à História. Houve grandes historiadores que não se formaram em escolas, que não as havia. Hoje, porém, a técnica historiográfica já é mais elaborada, é complexa, requer o ensino próprio. Lembre-se ainda que quando se fala em formar historiadores não se pensa em nomes como os citados. O curso não é para formar gênios, mas pesquisadores e historiadores. Quando se fala em escola, em tese, a idéia está no nível médio. Demais, não se proibirá quem não fêz o curso de produzir obras de História, que não se estabelecem monopólios do gênero. Nem todo diplomado deverá ser historiador, como nem todos que se formam nas Escolas de Direito são juristas. Existe hoje, por imposição da época no seu todo e do processo das ciências sociais no particular, o ensino de História, nas Faculdades de Filosofia. Êle deve ser organizado com elenco de matérias básicas obrigatórias, de informação sôbre as partes essenciais da História e de instrumentos de trabalho historiográfico, com o realce das disciplinas auxiliares de maior operacionalidade. Elas são conhecidas há muito tempo, aparecem nos livros mais antigos de técnica de trabalho. Colocam-se agora em nível bem superior, pelo aprimoramento da metodologia da ciência social, quase todo aplicável pelo historiador. Deve aparecer aí, além das formas de pesquisa mais tradicionais, a moderna técnica da qualificação e dos modelos, que tanto rigor confere aos estudos históricos, aumentando-lhes a objetividade: requer-se para tanto um mínimo de estatística e matemática, que é facilmente alcançável, do grau dos primeiros anos do curso secundário. Forma-se assim o homem culto em

História e capaz de produzir. Completa a formação um elenco de disciplinas optativas, das quais o estudante deverá escolher duas, obrigatoriamente, em que figurem a Economia, a Sociologia, a Política, a Antropologia, de modo a dar ao aluno bom instrumento interpretativo da realidade social, que lhe permitirá organizar convenientemente e entender o material de seu estudo e pesquisa.

Impõe-se a revisão dos currículos de História, feitos de maneira que revela grande desconhecimento da evolução mais recente da disciplina e falta de convívio com as ciências sociais, mesmo as de fases anteriores. Não temos fetichismo quanto a êsse particular: currículos bem feitos podem dar em péssimos cursos, ao mesmo tempo que outros, mais modestos, podem produzir resultados magníficos, obviamente tudo na dependência dos professores. Causa péssima impressão, no entanto, o exame de alguns: a simples leitura evidencia o pouco preparo de quem os elaborou, comprovando que a escola está aquém da tarefa que pretende. Tem-se cogitado muito do assunto: a princípio, estabeleceu-se currículo oficial, que vem sendo alterado sobretudo agora, pela flexibilidade que as novas leis conferem. Os responsáveis pelo ensino de Economia, por exemplo, acompanhando a evolução da ciência e compreendendo a natureza de formação profissional e técnica, alteraram os currículos, que hoje quase nada mais têm a ver com os das primeiras Escolas, que resultaram do esforço de pioneiros autodidatas. Os cursos de Economia incorporam as conquistas científicas de seu campo, enquanto os de História são quase iguais ao que eram quando da criação, como se a matéria não tivesse evoluído e seus professores não tivessem melhorado o padrão anterior, quando se partia da improvisação e do autodidatismo. Os cursos de Economia e de História são da mesma época: enquanto um se aprimorou, o outro continua mais ou menos o que era. A permissão legal de flexibilidade, que dá às Faculdades de Filosofia movimentos bem livres, tem sido de pouco proveito, que elas o têm usado muito, mas quase sempre mal. As maiores extravagâncias podem ser notadas em várias, com disciplinas às vezes aparatosas, mas de conteúdo pobre, ou de outras que dificilmente podem ser executadas, pela falta de pessoal com habilitação. Ainda é comum a permanência de cadeiras que revelaram pobreza formativa e informativa, de todo desajustadas ao estágio atual de conhecimento da ciência social: anacronismos do princípio do século ou mesmo do século passado, reveladores de imaturidade de certos Conselhos Departamentais ou Congregações. Seria fácil demonstrar com exemplos, que êles se multiplicam, mas não o fazemos para não dar à comunicação caráter particularista ou polémico.

O que explica então o malôgro dos cursos de História das Faculdades de Filosofia, em matéria de formação para o trabalho historiográfico — pesquisa e elaboração de obras —, é que elas não se estruturam com êsse fim. Têm currículos passíveis de mutua crítica e o número de pessoal docente de fato qualificado é mínimo. Se cumprem a função precípua a que se destinam — formação de professores —, não cumprem a segunda função. O currículo mínimo, fixado em 1962, é na perspectiva de formação de professores que coloca o curso, como se viu antes. Daí a crítica comum que se faz a êsses estabelecimentos de não serem mais que outro tipo de Escolas Normais, apenas de nível mais alto: se as Escolas Normais se destinam a formar professoras primárias, para os grupos de meninos, as Faculdades de Filosofia sobretudo formam professores para o curso secundário, fornecendo aos Ginásios e Colégios professores de História que têm em geral gabarito superior aos anteriores, que se improvisaram para o magistério. Pouco mais têm dado, entretanto, quando deviam e podiam dar, que o estádio atual da ciência e o país o exigem.

Poder-se-á objetar que já muita gente de boa estatura saiu dos cursos de História: há apreciável bibliografia que comprova o fato. Ora, antes também havia produção, mesmo sem cursos especiais. Lembre-se também que muito das melhores publicações de interesse histórico provêm de pessoas diplomadas em cursos de Ciências Sociais ou nas Faculdades de Ciências Econômicas. Há no Brasil dezenas de Faculdades de Filosofia: o que se tem feito de mais digno de nota, quantitativa e qualitativa, provêm de uma delas — a Faculdade de Filosofia de São Paulo, enquanto as outras têm comparecido com pouco, se é que têm comparecido, que a maior parte não produziu nada. E' importante também consignar que não conta só a edição de livros, mas o esforço pela formação de pesquisadores. Ainda aí a de São Paulo se destaca entre as demais. Ela é que tem concedido bôlsas para pesquisadores em Arquivos paulistas ou de outros pontos, tendo adiantado um serviço de arranjo e microfilmagem de documentos de arquivos de várias partes do Brasil. Ela é que mais enviou gente para o exterior, a fim de obter formação mais aprimorada. Ou atraiu professores estrangeiros, que deram cursos ou realizaram investigações importantes. Traçou plano de levantamento de fontes primárias que tem rendido bastante, como se vê em alguns já publicados. Edita há longos anos a *Revista de História*, com produção em média bastante boa. E' o centro da Associação dos Professores Universitários de História, que realiza seus Congressos: embora se possa lembrar que êles deixam um pouco a desejar, não sendo pròpriamente Congressos científicos nem Congressos de classe — que a média das comunicações é discutível e não cogitam de problemas profissionais

do professor —, são promoções que tiveram e têm um papel, que devem ser continuadas. São Paulo tem um Fundo de Amparo à Pesquisa que ajudou muito no labor historiográfico. Não é só pelo fato de ser o mais rico Estado que se explica o pioneirismo paulista também nesse setor, mas pela lucidez dos dirigentes de suas instituições de ensino. Depois de São Paulo, coloca-se a Faculdade de Filosofia do Paraná, que tem grande folha de serviços em matéria de organização e incentivo da pesquisa histórica, como se poderia facilmente demonstrar. A reunião que ora se realiza é outra iniciativa dessa escola, que faz que a História apareça em um Congresso Brasileiro de Ciência, conferindo à especialidade posição de relêvo que ela nunca teve. Temos notícias de atividades em outros Estados, como no Rio Grande do Sul e na Bahia. De mais centros não temos maiores informações, mas supomos sejam menos atuantes. E' curioso assinalar que no plano significativo não apareça a Guanabara, apesar de todos os seus recursos.

Além das atividades de estudo e pesquisa na Universidade, deve-se lembrar o setor público. Não há muito a ser dito. No serviço federal existe a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que desempenhou papel notável no levantamento do patrimônio artístico, na restauração e preservação de obras. Como cobre o país todo e sempre dispôs de poucos recursos, não fez quanto desejava e podia. Trata-se de serviço que teve sempre administração lúcida, que formou grupo de arquitetos e artistas plásticos que são os mais notáveis do país. O serviço, no entanto, teve suas atenções no patrimônio artístico, pouco no histórico. Sabe-se que mesmo aí fez algo, na história de obras de arte, como se vê nos artigos da *Revista* que publica, sempre da mais alta qualidade, ou nas monografias sobre igrejas, fruto de atenta investigação. O serviço fez ainda levantamento para um dicionário de história das artes, com os nomes de pintores, escultores, oficiais de todo tipo, que conta com milhares de fichas, mas não foi ainda publicado e talvez não o seja tão cedo, que lhe falta a organização. Parece que há um excesso de prudência nos responsáveis pelo órgão. De qualquer modo, a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional é sobretudo destinada à arte, cumprindo importante papel, com menos atenção à História.

Não há outro setor público federal que se ocupe especificamente com a História. Por vêzes, aparecem publicações de Ministérios sobre assuntos históricos, em número contudo reduzido. E' fato episódico, apenas, que pode ser ilustrado com iniciativas dos Ministérios da Educação, Relações Exteriores, Fazenda, Banco do Brasil, outros ainda. Assinale-se, porém, a existência de Museus e Arquivos, que editam revistas ou livros, além de cumprirem suas tarefas específicas. E' o caso

do Museu Imperial, de Petrópolis, ou do Arquivo Nacional, do Rio de Janeiro. E' serviço que sofreu remodelação completa quando da administração de José Honório Rodrigues, certamente a mais fecunda que já teve, principal momento em que um historiador esteve à frente de organismo do gênero, entregando-se a êle com lucidez e disposição. Ainda hoje o Arquivo Nacional cumpre tarefa notável, e, segundo estamos informados, continua a equipar-se para o desempenho das atividades que lhe competem.

No âmbito dos Estados, deve haver muito a ser referido. Não dispomos de informações minuciosas. Sabemos, contudo, que em São Paulo há Arquivos bem organizados, que fazem publicações de interesse para a História, notadamente de documentos. O Estado já editou importantes coleções, como se viu com *Documentos Interessantes para a História de São Paulo e Inventários e Testamentos*. Assinale-se ainda o Museu Paulista, que se ocupa com a pesquisa. Foi no serviço de São Paulo que se deu primeiramente importância aos profissionais que trabalham em Arquivos. Aí também é que se criou, ao que nos consta com pioneirismo, a carreira de Historiógrafo — nôvo cargo no serviço público. Além das iniciativas do govêrno estadual, assinale-se a Prefeitura de São Paulo, que edita a *Revista do Arquivo Municipal*, que já divulgou muito de interessante do gênero que nos preocupa. E' possível haja realizações dignas de nota em outros Estados, das quais temos notícias, mas sem pormenores. Como mineiros e conhecedores da situação de nosso Estado, é com melancolia que verificamos que não há o que assinalar. Minas tem um Arquivo riquíssimo em Belo Horizonte — o Arquivo Público Mineiro —, que não dispõe, no entanto, da organização adequada. Sua fase mais notável foi a primeira, quando teve a dirigí-lo o historiador J. P. Xavier da Veiga, que realizou amplo e valioso trabalho, que só episòdicamente teve continuação. Publicou uma *Revista* excelente, que deu 25 números, mas está parada desde 1937. O despreço das autoridades governamentais de Minas pelo Arquivo, bem como por outros que se encontram quase no abandono em cidades do interior — notadamente nas mais antigas —, consumindo-se pelo tempo e falta de proteção em Igrejas, cartórios, prefeituras, é algo de grave e desabonador. Está aí, com certeza, uma das explicações para a pobreza da historiografia mineira: o Estado não tem um conhecimento de sua realidade eqüivalente à sua importância política, perdendo de longe para outros, bem mais estudados, como São Paulo, Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Sul, talvez outros ainda.

Como se vê, em balanço do que se fêz, temos que a pesquisa não foi abandonada, mas não teve a assistência e o desenvolvimento que requeria, por parte da Universidade e dos poderes públicos, ao contrário do que se verificou em países de superior desenvolvimento. Em

1966, em reportagem inteligente que deu livro, que é denúncia que não foi ouvida como devia, o escritor Franklin de Oliveira falou sobre “a morte da memória nacional”, mostrando o descaso por monumentos, reduzidos à ruína e condenados a fim próximo, como falou dos arquivos e bibliotecas que se desfaziam, pela falta de defesa da autoridade competente e de recursos. Bradava que o Brasil corria a ameaça de perder a memória, destruídos os elementos que são a preservação pelo homem do que devia ser conservado. A denúncia não teve o devido eco. Recentemente, o Ministério da Educação reuniu autoridades na Capital da República (firmando-se o “Compromisso de Brasília”, com vistas a essa defesa. Até agora, ao que se saiba, pouco se fez. Esperamos, porém, que a resolução anunciada se traduza em medidas concretas. Uma delas, a assistência aos Arquivos e à documentação histórica, que precisa ser preservada e estudada, para que não se perca de todo a consciência do que o Brasil foi e é. O “Compromisso de Brasília” atenta sobretudo para as obras de arte, que se desfiguram ou desaparecem por falta de conservação, na linha da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. E’ preciso seja mais abrangente, compreendendo também a documentação. E’ nela, sobretudo, que está o que o Brasil foi e é e corre a ameaça de perder-se, pela falta de lucidez e insensibilidade dos responsáveis pela vida pública.

*

III. — *Críticas e sugestões de José Honório Rodrigues.*

Sempre houve quem atentasse para o problema que tratamos, como se vê nos programas do Instituto Histórico e nos relatos com recomendações de encarregados por Arquivos, Museus e tarefas oficiais e particulares. A pesquisa foi cultivada e entendida por gente como Francisco Adolfo de Varnhagen, Capistrano de Abreu, Rodolfo Garcia — para citar apenas alguns nomes. A nosso ver, no entanto, ninguém a colocou melhor, como prática ou reflexão sobre a sua natureza e problemas, do que José Honório Rodrigues, cuja obra está em elaboração e em processo de desdobramento. Assim é que publicou o primeiro livro de Metodologia de História do Brasil realmente importante, pelas dimensões, análises e riqueza de exemplos — *Teoria da História do Brasil*, em 1949. Além de outros — ensaios, catálogos, índices —, publicou em 1952 *A pesquisa histórica no Brasil*, que apareceu em segunda edição, “revista e aumentada”, em 1969. Trata-se, sem dúvida, do que de mais rico já se escreveu sobre a matéria. Outros autores, agora e antes, fizeram observações esparsas, enquanto aqui há espécie de consolidação de quanto se disse ou se pensou em torno de pesquisa, além de contribuição original. E’ obra básica na biblio-

grafia, enriquece-a com roteiro, levantamento histórico da pesquisa e sugestões de valor: só poderia ser escrita por alguém de larga experiência, sensibilidade, compreensão da matéria no seu todo, ao mesmo tempo que informação extensa. Que se enriquece com o que há de natureza teórica ou informação sobre outros países, mais adiantados. O livro não é acaso ou intenção de escrever certo volume: é fruto de esforços, reflexão, amadurecimento. Denota vida inteiramente voltada a certo campo, convenientemente apreendido. Verifica-se, no caso, coincidência de uma inclinação, preparo e a oportunidade do exercício de determinadas funções públicas. Além dos vários volumes que escreveu, foi e é professor de História; Diretor da Divisão de Obras Raras da Biblioteca Nacional e do Arquivo Nacional, aos quais imprimiu a marca de operosidade e lucidez; teve missões de pesquisas em vários pontos do país e no exterior. Pôde ver, assim, o que se faz no Brasil e no mundo, apreendendo o que há de mais aplicável. Daí *A pesquisa histórica no Brasil*.

Não vem ao caso resumir ou repetir o livro. Em linhas gerais, êle é exato e rico de sugestões. O que se deseja é chamar a atenção para uma idéia que é apresentada — a do Instituto Nacional de Pesquisa Histórica, última parte do volume. Apesar de vir de 1952, não nos consta se tenha dado qualquer passo para sua constituição. De acôrdo com o autor,

“o Instituto de Pesquisa Histórica teria por finalidade essencial promover e estimular a pesquisa histórica oficial e pública no Brasil e no estrangeiro, planejando a organização dos instrumentos do trabalho histórico, inventariando e reproduzindo os papéis históricos do Brasil e relativos ao Brasil, existentes no estrangeiro, e preparando a formação profissional de historiadores e pesquisadores de História” (p. 239).

Depois de referir o que deve ser feito no exterior e no país (organização de um inquérito nacional; criação do Registro Nacional de Arquivos; elaboração dos catálogos parciais e gerais, fotomicrofilmagem de todos os papéis ameaçados de destruição, criação do Arquivo Central de Microfilmes), trata da elaboração dos instrumentos de trabalho e da formação de pesquisadores. No capítulo de conclusão geral, mostra o que tem sido a pesquisa, sua tradição no país, com a assistência oficial, ainda na Colônia e no Império. No sumário de recomendações, arrola dezesseis tarefas. Parece-nos que não se fizera ainda reflexão tão completa sobre o problema, valorizada não só pela crítica como pelo caráter prático, com sugestões. Uma das idéias mais exatas do estudo

“é a de que a pesquisa deve ser definida em termos de serviço público, e deve ser planejada, sistematizada e ordenada” (p. 234).

Fica bem acentuado o que já se escreveu na comunicação que ora apresentamos, ou seja, a necessidade de superar o amadorismo que tem caracterizado o trabalho historiográfico e explica o seu teor.

Falta ao capítulo, no entanto, a nosso ver, maior objetividade. Ele é certo no que assinala, mas era preciso dizer como organizar o Instituto. Não é tarefa banal a criação do órgão. Se é em termos de serviço público — não há outra possibilidade —, há problemas a serem considerados. Concebê-lo como uma repartição a mais não faz sentido. Ele não pode ser algo como o Instituto Nacional do Livro, o Serviço Nacional do Teatro ou do Cinema — que cumprem suas tarefas, nos limites dos recursos de que dispõem. Tem funções de bastante complexidade e não pode ser visto como centro burocrático, a conceder empregos. Essencial é a escolha do Diretor, que não deve recair em funcionário rotineiro nem político: não é indispensável seja um grande historiador, mas é óbvio que tem de ser homem do ofício. Noção de serviço, do interesse nacional, qualidades de pesquisador e sentido do histórico são requisitos, nada fáceis de serem encontrados em uma só pessoa. Depois, vem a organização do quadro de pessoal, que tem de ser recrutado entre egressos de cursos de História e Biblioteconomia. A idéia de profissionalizar as carreiras de Historiador e Pesquisador (p. 242) é boa, mas tem os seus riscos. Poder-se-ia criar um novo segmento burocrático, de ínfima funcionalidade — sobretudo considerando a estrutura atual desses cursos. O certo é que não se pode convocar quem não tem preparo especial, de modo que deve ser requisito o diploma, o que vem a ser mais um elemento para valorizar esses cursos. A admissão deve implicar em prova severa, para seleção real. Outro aspecto a ser considerado é que o Instituto prevê

“a formação profissional de historiadores e pesquisadores de História”.

Interfere, pois, na área das Faculdades de Filosofia, o que impõe exame a ser feito, uma vez que a lei procura evitar, com justiça, a duplicação de recursos para o mesmo campo — embora haja dezenas de exemplos de sua prática.

A maneira de criação do Instituto não é explicada: parece-nos que feita por decreto, sem mais preparo, será apenas oferta de empregos. Melhor seria proceder por fases, em estratégia a ser ainda estabelecida. O intento desta parte de nossa comunicação foi apenas despertar o interesse por idéias que são expostas por quem mais refletiu sobre o assunto, em livro cuja leitura e estudo se impõem, de-

vendo ser levado em conta necessariamente pelos especialistas e autoridades, que pouco têm cuidado de História, em prova de certo despreparo para o exercício das funções que lhes são atribuídas. A falta de sentido Histórico, aliás, tem sido bem viva por parte dos políticos, evidenciada não só no desinterêsse pela defesa do patrimônio de documentos como até no modo pelo qual encaram e praticam o poder, com conseqüências que se projetam na vida nacional e cujo exame não vem ao caso agora.

*

IV. — *Ciências sociais: pesquisa e operacionalidade.*

As ciências sociais desenvolveram metodologia de extremo rigor e mesmo certa sofisticação nas últimas décadas. A economia que se faz hoje tem aparato analítico que a distancia da que era feita pelos clássicos, marginalistas, neo-clássicos e outros, até a época que se segue à segunda grande guerra, quando os grandes problemas macro e microeconômicos impuseram modelos explicativos. A sociologia teve as mesmas preocupações, bem como a política. Tornou-se cada vez mais inadequada a teorização em termos impressionistas, impondo-se a busca do rigor das medidas, do levantamento numérico, que permitisse fixar realidades com o máximo de exatidão. A matemática e a estatística, em níveis cada vez mais elaborados, deram ao cientista social uma justeza que êle raramente teve em outros tempos — embora, desde o século XVIII, já fôsem usadas, mas em doses mínimas, pois o forte eram as análises qualitativas que permitiram as grandes construções, ainda hoje admiradas pelo engenho e intuição dos criadores: o esforço dos que construíram a ciência social — economistas e sociólogos — é um dos momentos mais altos da criação do homem.

As questões de nosso século, no entanto, ficaram cada vez mais complexas, com o crescimento de população, o avanço da tecnologia, as crises econômicas, a mudança dos centros hegemônicos, as lutas entre classes e nações, que tornaram mais que nunca problemática a realidade, exigindo encaminhamentos. A ciência social foi convocada, de maneira que seu trabalho devia ser cada vez mais objetivo. Se há muito se havia proclamado a necessidade de vê-la não só como forma de conhecimento, mas também de ação, agora se torna imprescindível seja vista como operacional. Suas pesquisas devem dar respostas às questões que se apresentam, o que torna obrigatório o uso de técnicas aprimoradas para que cumpram o papel que se espera. O estudo, em grande parte, deve ser empírico, dentro de tradição que já é de alguns dos fundadores, notadamente de Durkheim, sem o desprezo, é claro, de teorizações que podem parecer abstratas, como se vê também nos

fundadores, notadamente da Economia e da Política: teorizações seja para o conhecimento, seja para a prática, como se dá com o marxismo. Não vem ao caso discutir o caráter ideológico das orientações, quase sempre real, explícito ou implícito, que a objetividade e a neutralidade do cientista — forma ideal de procedimento —, nos termos em que eram apresentadas, têm muito de falso problema. O que se quer destacar é que a Sociologia adquiriu técnicas cada vez mais refinadas.

Tal como existe a busca do real, despido de juízos valorativos, que leva ao empirismo em Sociologia, em investigações que se multiplicam, o mesmo já se verifica na Economia, que a precedeu — foi a primeira ciência social a constituir-se, o que explica sua superioridade quanto às demais. A escola histórica de Economia, de meados do século XIX, com seu gosto do particular, realizou pesquisas sem conta, que aumentaram o domínio do conhecimento pela coleta e estudo de situações especiais. Teve continuidade, com mais rigor, na chamada segunda escola histórica e, depois, nos institucionalistas. Se pode ser discutido o que deram essas correntes à Economia como ciência, não se pode negar que contribuíram de modo decisivo para o enriquecimento do universo informativo. Demais, a orientação foi origem de fecundo debate no século passado — a famosa “querrela dos métodos”, entre Gustav Schmoller e Carl Menger, na década de setenta —, que muito contribuiu para a metodologia das ciências sociais, notadamente da Economia. Daí o desenvolvimento da chamada Economia Pura, que se desenvolve na segunda metade do século passado, com amplo apêlo à Estatística e à Matemática, apura os métodos de análise, com tendência ao abstrato. Ora, já era de antes a prática, pelos economistas matemáticos, como Cournot e outros, sem falar em autores mais recuados: William Petty, com *Political Arithmetic*, de 1690, em que a Economia é tôda fundada na Estatística, ou Quesnay, com o famoso *Tableau Économique*, de 1758, em que a Economia tem construção severa, no primeiro modelo de Contabilidade Social — que só retornaria, com perspectiva superior, já em nossos dias. No presente século, a Economia usa largamente a Estatística e a Matemática — na década de trinta cria-se a Econometria —, em formulações cada vez mais requintadas, não só para a construção de modelos abstratos, mas, sobretudo, para casos concretos, que adquirem melhor expressão exatamente com essas técnicas, de difícil entendimento para o leigo.

Não vem ao caso, entretanto, tratar da pesquisa na ciência social — que nos falta autoridade e foge ao objetivo da presente comunicação. Se se colocou o problema, foi apenas para evidenciar como se tem caminhado na matéria, na vitalidade intelectual de seus cultores, que não se satisfazem com a rotina e estão sempre renovando-se, em dinâmica que merece realce. O que se deseja assinalar é que a neces-

sidade de trabalhos empíricos levou a ciência à busca de caminhos, ao rigor metodológico e ao refinamento das técnicas. Há hoje riqueza verdadeiramente notável nesse sentido, que impõe ao cientista social formação adequada, com o uso da estatística, da matemática, da lógica. Construíram-se modelos. Os modernos inventos de computadores foram postos a serviço do investigador, que poupa esforços e chega a resultados cada vez mais exatos. A coleta de informação deixa de ser o confuso amontoamento em cadernos ou fichários, feitos para uso pessoal, sem qualquer critério padronizado, para transformar-se em investigação conduzido por técnicas que obedecem a normas institucionalizadas: é possível, assim, fazer-se o processamento do material obtido, com a redução a fichas e o emprêgo de códigos. O computador diminui o trabalho e aumenta o rendimento, no tempo e na qualidade, com exatidão e perspectivas até então desconhecidas. Tornou-se comum a pesquisa em grupo, que o esforço individual é de pouco alcance, como se vê nos grandes centros, com Institutos e Departamentos em Universidades ou outros núcleos de estudo. Para que não se perdessem os resultados, inventaram-se formas de arquivo, padrões e normas na condução do inquérito, através de questionários e processamento racional dos resultados, de modo que todo êsse imenso material pudesse ser de uso por muitos.

Surge, assim, a idéia do Banco de Dados, hoje em prática em todos os grandes países. Já antes havia os centros de informação, Arquivos e Bibliotecas, que prestavam auxílio. Mesmo no Brasil, no sentido de instrumentalizar melhor o trabalho do investigador, há algum tempo o Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD), que tantos serviços prestou. O banco de dados é algo de mais avançado e complexo. Seu nome provém de que é um depósito, que recebe e fornece informações, em analogia com os estabelecimentos de crédito. E' órgão que levanta e coleciona informações sôbre a realidade social, para servir os investigadores. Começam sua carreira na década de 60, são entidades de cêrca de dez anos. Apesar de tão novos, já há alguns bem desenvolvidos e a idéia ainda vai ser aprimorada, de modo que se apresentam como a grande perspectiva para eficácia do cientista social, em bases modernas, objetivas, negação do amadorismo ou da precariedade do labor antigo. Temos notícia de alguns, em Universidades e instituições da Europa, dos Estados Unidos e de vários países latino-americanos, em entidades brasileiras, como em vários organismos oficiais — Ministérios, autarquias e particulares — grandes Bancos, emprêsas. Também nas escolas. Na Universidade Federal de Minas Gerais há dois: no Departamento de Política, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, e no Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, da Faculdade de Ciências Econômicas. A Uni-

versidade tem máquinas perfuradoras, conferidoras e classificadoras, além de computadores, tudo sob a direção do Centro de Processamento de Dados, que funciona na Reitoria. Há ainda muitos outros organismos do gênero, dos quais temos notícia, no serviço público, em escolas, em emprêsas particulares, dos quais não tratamos — que o objeto é só ilustrar com exemplos.

A função precípua de um Banco de Dados é possibilitar ao estudioso o acesso rápido e direto a informações importantes na área que cultiva. Se o Arquivo tem documentos e a Biblioteca livros e revistas, em que há notícias de todo tipo, o banco de dados tem a informação em forma simples e ao mesmo tempo elaborada: é a unidade mínima, ou “átomo de informação”, que pode ser ordenado e reordenado de qualquer modo, conforme o interesse de quem o necessita. Ele adquire os elementos, através da pesquisa direta, compra ou troca em operações com outros organismos do gênero, ou com os pesquisadores. Alguns problemas podem surgir, pelos diferentes modos de codificação, incompatibilidades técnicas. Obtida a informação, a fase seguinte consiste em preparar o material para que forme em fichas, em cartões perfurados tipo IBM, reunindo-os em conjuntos, convenientemente codificados, de modo a poderem ser postos no computador: podem também ser gravados em fitas magnéticas. Com esse material — cartões ou fitas —, de mínimo espaço, é que se conservam os dados, depois do indispensável processamento. Pode-se dispor facilmente, então, de quanto é necessário como notícia para o investigador: a população, seus movimentos, a produção agrícola e industrial, finanças públicas, crédito, infra-estrutura econômica — estradas, energia —, comércio, salários e preços, ensino, publicações, leitura, nível de vida, empregos particulares e públicos. Também as pesquisas feitas, em diversos pontos, podem ser levadas, no material bruto ou já elaborado, para o banco. Se ainda como material bruto, impõe-se o seu preparo, para a perfuração ou fita, de modo a ser arquivado.

Um estabelecimento rico pode ter, assim, por intercâmbio, levantamento de tudo que há como informação: tal é o caso de um grande banco de dados de que temos notícia — o da Universidade de Berkeley —, que dispõe de milhares de pesquisas feitas no país e em tôda a América Latina. Em pequeno relatório, vemos que estão no seu depósito, para uso de todos, algumas dezenas de inquéritos feitos no Brasil e por brasileiros, que cederam ou venderam o material. Idéia viva do que se dispõe lá temos no fato de que muito do que é indispensável para estudo aqui é adquirido nesses centros: o Departamento de Política, da Universidade Federal de Minas Gerais, obteve da Universidade de Miami, em cartões perfurados, para fácil uso, todos os resultados das eleições recentes no Brasil — o que seria difícil e tra-

balhoso obter em Minas. E assim dispõem êsses grandes bancos americanos — tão potentes como os de crédito — de quanto há no continente, mais que nos próprios países objeto de estudo. O Banco de dados, assim constituído, é de fácil conservação, embora requeira salas e equipamento especiais, além de pessoal, que não é em número grande, mas de alta qualificação. Trata-se, pois, de iniciativa bastante cara, pelo nível das instalações e dos que aí servem. Êles crescem em proporção dos recursos financeiros da entidade que os cria e mantém. Através de convênios de intercâmbio, podem vir a ter acervo extraordinário.

Por certo é nos Estados Unidos que a prática é mais comum, pela superioridade do esforço científico e meios financeiros. Exatamente para intercâmbio, existe lá o *Council of Social Science Data Archives*, que dispõe de registro do acervo de todos os estabelecimentos do gênero, de forma que pode obter em prazo rápido a informação desejada, pela localização do que é objeto de interesse, no âmbito nacional. Outro instituto notável é o *Inter-University Consortium for Political Research*, que tem, através de uma espécie de Central de Informações, que assinala o que se fêz e o que se faz em tôdas as Universidades, patrimônio considerável. Modelar é seu Banco de dados, na Universidade de Michigan, que dá aos investigadores o auxílio desejado, recolhendo quanto existe, desde que haja compatibilidade técnica, confiabilidade nos realizadores da pesquisa e nível de elaboração, que o órgão é exigente. Cogita-se também de reunir os vários conhecidos em um centro de contrôle também na Europa, como se vê pela *European Federation of Social Science Data Archives*, idéias da segunda conferência sôbre *Data Archives*, de 1964 (a primeira é de 1963). A ONU, que sempre procurou desenvolver serviços de documentação e informação, participou e participa dos trabalhos — instrumento de maiores laços entre os povos (a UNESCO tem o Conselho Internacional de Arquivos). Há muita notícia sôbre o assunto, quanto à Europa, em volume editado por Stein Rokkan — *Data Archives for the Social Sciences*, que trata sobretudo da segunda conferência, de 1964.

Como se vê, são entidades que existem para informação de qualquer tipo, para servir ao pesquisador, facilitando-lhe o esforço, ou às grandes emprêsas, que não os dispensam, ou ao Estado, que pode saber atuar no campo das Finanças, da Polícia e outros. Se em matéria científica é assim que se tem noção do que há de mais avançado e acesso ao que é preciso, de modo a aumentar o rendimento do trabalho, no caso da administração representa a fase superior de racionalidade. No Brasil alguns serviços dispõem de empreendimentos do gênero, como se disse, pelo grau atingido em alguns setores: já temos uma burocracia alta, constituída pelos indevidamente chamados tecnocra-

tas. Importante é consignar que o que se encontra nos Bancos de dados pode ter uso amplo, através de cópias, microfímes, consultas, pelo conveniente arquivamento e catalogação que é divulgada. Através de compra, troca, a pesquisa deixa de ser individual, realizada por alguém para uso exclusivo, para adquirir um caráter de grupo, de socialização do labor intelectual. São essas razões que levam à superioridade que ciências como a Sociologia, a Política e a Economia têm no mundo mais adiantado. No Brasil mesmo, repetimos, essa prática já é conhecida e explica os êxitos obtidos. Veja-se como é extensa e de boa qualidade a produção sociológica da Universidade de São Paulo, da Fundação Getúlio Vargas, da Escola Cândido Mendes, da Pontifícia Universidade Católica, do Rio, do Instituto Joaquim Nabuco, de Pernambuco, além de instituições menores. Note-se a extensão e a qualidade do trabalho de economistas da Fundação Getúlio Vargas; do Instituto de Pesquisas Econômicas, da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de São Paulo; do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais; do Centro de Aperfeiçoamento de economistas do Nordeste, da Universidade do Ceará; do Instituto de Ciências do Homem, da Universidade de Pernambuco, além de outros que poderiam ser arrolados, sem falar no que se faz no serviço público, em alguns setores de aparelhamento muito moderno. Além dos órgãos de investigação e levantamento da realidade, oficiais, em vários Estados, há, ainda, inúmeras iniciativas particulares, como os escritórios de consultoria, que prestam colaboração aos governos e a particulares. Fazem pesquisas, como as que são editadas nos volumes APEC (Análise e Perspectiva Econômica), do Rio. O resultado é que já há uma Sociologia e, sobretudo, uma Economia, de alto padrão científico, cuja produção pode ser colocada no nível do que se faz na Europa e nos Estados Unidos. Cresce, assim, a perspectiva de cursos, sobretudo o de Economia, pelo rendimento que dá a profissão, como salário ou realização intelectual.

As informações que os Bancos de dados colhem são eminentemente as de caráter quantitativo, ou que podem ser medidas e transformadas em cartões para o computador. E' possível algo mais, no entanto: atitudes psicológicas, ideologias, através de complicados sistemas de análise de conteúdo que permitem o estabelecimento de categorias ou palavras que se isolam e cuja contagem é feita, ou por combinações. E' o que escreve um especialista:

“não só é possível determinar magnitudes de variáveis demográficas ou econômicas que parecem mais abertas à interpretação do passado, mas também variáveis psicológicas, especialmente através do estudo do conteúdo dos documentos escritos”. Depois de citar

exemplos de autores e obras, diz que elas “abrem amplo campo de possibilidades para a medição sistemática de atitudes, personalidade, comunicação entre atores sociais, percepções recíprocas, quer dizer, multidão de dimensões que até há pouco havia que relegar ao mundo das opiniões impressionistas ou das entelequias culturais”.

Expressivo das possibilidades que as técnicas modernas abrem a qualquer tipo de estudo, seja qual fôr a natureza ou época, é o de C. Domingo e O. Varsavsky — *Um modelo matemático da 'Utopia' de Morus* (Oscar Cornblit — *Conflicto, cooperación y cambio*, págs. 8 e 9).

Veja-se, em quanto fica exposto, não uma digressão sem sentido, de gôsto acadêmico, mas a base do que se pretende expor a seguir. Coloque-se inicialmente a questão: a História, a mais antiga ciência social brasileira, que já deu resultados notáveis, enquanto as outras ciências sociais nem existiam, em que lugar se encontra hoje? Pode disputar posição de igualdade com as outras, seja como trabalho, seja como consideração por parte dos estudiosos e mesmo do público? A resposta, infelizmente, deve ser negativa. Mesmo no plano geral seu desenvolvimento é menos acentuado que o das outras ciências sociais. Embora em certos países se apele para o historiador para o encaminhamento de altos assuntos do Estado — Grã-Bretanha, Estados Unidos, União Soviética —, ela é menos solicitada que a Sociologia, a Política e a Economia. Sobretudo a Economia é auxílio sempre pedido, pois informa as políticas nacionais, tendo mesmo órgãos específicos — Ministérios da Economia, Fazenda, Planejamento, entre outros. No conceito público, portanto, já tem o seu lugar, como se poderia ver em pesquisa de opinião. Economia e Administração de Empresas conseguiram aprêço, o que ainda é tentado pela Sociologia e outras. A História, no entanto, é vista como ornamento erudito, conversa brilhante, ou coisa do passado, seu cultor uma espécie de antiqüário.

Não há dúvida que a culpa dêsse conceito negativo ou neutro cabe sobretudo aos historiadores, que não souberam colocar a sua matéria no lugar que lhe cabe. Tratando-a academicamente ou como discurso, julgaram que ela não deve participar, nada tem a ver com o presente. E' comum ouvir de professôres de História a afirmativa de que não se interessam pelo seu tempo, mas só pelo de ontem: nada sabem do que acontece no Brasil e no mundo, nas relações entre nações e classes, pois só sabem e querem saber a respeito da época de Péricles ou César, Carlos Magno ou Napoleão, ou mesmo realidades como os Impérios antigos do Oriente, que soam como algo estranho, pelo distanciamento no espaço, no tempo e tipo de cultura. Ora, quem não vive o seu mundo é que não tem sensibilidade social, e, portanto, não pode entender também outros, de complexidade muito maior. O

estudo, aí, pode ser visto como fuga ou *divertissement*. Os grandes historiadores, ontem e hoje, viveram a sua época, participando e até combatendo, como se sabe dos exemplos de Tucídides ou Políbio, no mundo clássico, ou Croce, Pirenne, Marc Bloch, Toynbee, Barraclough, Schlesinger, em nossos dias. A História que só informa, como erudição ou brilho, não pode conquistar aprêço. Demais, com essa perspectiva, não sai do quadro das impressões pessoais, que pode hoje dar apenas obras artísticas, não explicações de validade científica. Nada temos contra a expressão artística — ao contrário, parece-nos que é a forma superior de criação —, mas não é a ela que tem de recorrer o que se preocupa com a sociedade.

O problema da História, se assim é no plano geral, é ainda agravado no Brasil. Aqui, hoje, como ontem, há nomes ilustres de historiadores, que honram a tradição nacional, mas a produção, vista em conjunto, tem papel de inferioridade. E' claro que há autores que se distinguem por obra que é projeção de inteligência, de qualidade de escritor, fundada em pesquisas, mas constituem casos isolados. A produção, olhada como um todo, ressent-se ainda de beletrismo ou visões deformadas da natureza da História; é o esforço de autores que pesquisam e escrevem — nem todos pesquisam e poucos escrevem bem — por gosto pessoal, de afirmação como trabalhadores intelectuais, ou, para defender posições ideológicas, ou culto patriótico, familista, regional, classista. Falta a formação adequada e os vários trabalhos não se integram em função de obra de grupo. Poder-se-á lembrar o caso do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro ou de Institutos estaduais. Esses órgãos vivem hoje mais de comemorações que de estudo. Mesmo na Universidade não há o grupo. Há pesquisadores individuais, que trabalham para fazer uma tese de mestrado, doutoramento, docência, faltando-lhes o projeto de obra mais audaciosa, cuja execução requer o esforço de muitos. E não só de historiadores, mas de outros cientistas sociais, de modo a realizar trabalho interdisciplinar, imposto pelo estágio avançado em que se encontra a ciência social. A Universidade, pela sua própria natureza de organismo que congrega todos esses estudos, em diferentes cursos, deveria ser o centro ideal para tarefas do gênero, às quais, no entanto, não se entrega.

*

V. — *Novas perspectivas da História.*

Assinalada a defasagem que há entre a História e outras ciências sociais — ela foi a primeira e hoje está em posição secundária —, no plano geral e notadamente no brasileiro, cumpre indicar algumas pos-

sibilidades de superação do quadro, de modo possa retomar a posição pioneira que já teve.

Como se viu, exemplificando com duas das ciências sociais de maior realce — a Sociologia e a Economia —, elas ultrapassaram a fase da pesquisa individual, feita de modo episódico e sem instrumental de coleta, análise e interpretação de maior rigor, atingindo metodologia eficaz, que obtém resultados no trabalho empírico e na formulação de teorias cada vez superiores ao que se fazia antes, enquanto a História no Brasil é mais ou menos o que era há decênios. Pouco evolui. Perde em comparação com as outras ciências sociais. Usa, em parte apreciável, os métodos de ontem, como se não tivesse havido evolução. Nem mesmo leva em conta que em grandes centros já se adotam diferentes formas, organizam-se com racionalidade os arquivos, faz-se o processamento de quanto se coleta com o emprêgo de meios que aumentam a eficiência e a exatidão, procura-se interpretar e não apenas descrever. Enquanto o comum entre nós é a pesquisa individual, dentro dos padrões antiquados, para escrever tese ou livro, cumprir obrigação de carreira acadêmica ou deleite, em centros avançados elaboram-se grandes planos, que colocam temas fundamentais para compreensão da realidade através de largas faixas de tempo, com a convocação de vários estudiosos que formam grupos, convenientemente preparados para a tarefa, muitas vezes em labor interdisciplinar — o historiador junto com o sociólogo, o economista, o antropólogo, o psicólogo, o lingüista, outros ainda, cientes que a vida social é totalidade e exige vários caminhos para a devida apreensão. E' certo que dispõem de infra-estrutura melhor para atuar, com bons arquivos e bibliografia básica de obras de referência; têm preparo para lidar com documentos, de modo a aproveitá-los bem, extraindo o seu conteúdo e depois elaborando-os; o esforço não é apenas individual, mas tem auxílios e está integrado em plano maior. Feito o trabalho, escrito o livro, o material que se elaborou fica às vezes depositado em bancos de dados, para uso por outros investigadores, que tenham o mesmo interesse ou o de temas correlatos: eles não precisarão de partir do ponto inicial, mas de algo já feito, de modo que a ciência pode avançar. E' a superação do amadorismo ou da História como atividade accidental. Entre nós, tem-se vaga notícia do que vai pelo mundo da historiografia, como temática, método e instrumental de trabalho.

Percebe-se vivamente a questão quando se considera a metodologia que mais contribui para dar rigor à História, que é a quantitativa, pouco conhecida e menos ainda praticada aqui. Em uma época preocupada com a medida, a determinação bem concreta, que atinge tôda a pesquisa social, a História também se orienta no mesmo sentido. E' claro que as análises de tipo qualitativo, que inspiraram os grandes

autores de ontem, continuam a ser feitas: para certos períodos e temas é mesmo a única possível. A medida não exclui a análise qualitativa, como a qualitativa nunca deixou de levar em conta a medida. Se sempre se procurou determinar, ainda que com imprecisão — através de palavras como vários, uns, alguns, freqüentemente, raramente —, hoje tenta-se o exato, positivo, o número certo, não pelo uso episódico de quantidades, a título apenas ilustrativo, como se praticava antes, mas pela investigação acurada. E' esforço grande, monótono, que implica dedicação de grupos por muito tempo. Como observou um teórico da escola, enquanto os investigadores preparam uma série — população, preços ou outro elemento —, que consome semanas ou meses de labor, Ranke teria escrito um volume. Se a quantificação domina sobretudo a História Econômica, por motivos facilmente compreensíveis, ela aparece mesmo na História diplomática, na social e outras.

Jacob M. Price, em artigo com preciosas informações, dá exemplos, dos quais apresentamos alguns: a obra *Members of Parliament, 1735-1834* (1955); Basil D. Henning prepara a parte referente ao final do século XVII de sua *History of Parliament*, com material trabalhado por computadores. E' na História econômica que se encontram os mais extensos trabalhos: ainda no século passado, sem a ajuda de máquinas e métodos modernos, Thorold Rogers publicou *History of Agriculture and Prices in England, 1259-1793*, em 7 volumes (1866-1902), e *Six Centuries of Work and Wages*, 2 volumes (1894); Georges d'Avenel a *Histoire économique de la propriété, des salaires, des denrées et de tous les prix en général* (1895). Contando com bases precárias para o trabalho, o resultado, é claro, pode ser objeto de crítica, mas é certo que abriram perspectiva que seria superiormente seguida por autores deste século, sobretudo depois da década de trinta. Ensina ainda o autor que seguimos que

“tôdas as tendências incipientes que apareceram nas décadas anteriores a 1945 se desenvolveram a contar dessa data e o desenvolvimento se acelerou a partir de 1960”.

Tornam-se comuns, então, os livros e artigos de revistas, Congressos e discussões — é o caso da primeira conferência da *American Historical Association sobre quantificação*, em Ann Arbor, em novembro de 1967 —, sobre o método ou obras nessa perspectiva. Quase sempre de leitura difícil, pelas longas séries, curvas, índices, coeficientes, funções, o certo é que dão consistência à História. Afasta, assim, o dileitante ou amador, ou quem a vê como obra literária ou defesa de posições nacionais, religiosas, classistas. Se é forma de elaboração que interessa sobretudo à História econômica, tem cultivado também de outras; se é possível mais para a época contemporânea, quando há esta-

tísticas e levantamentos sem conta — no futuro será fácil fazer a História do Brasil, por exemplo, de 1920 em diante, pela eficácia dos serviços de estatística —, mesmo para períodos mais recuados é possível, como se vê em estudos: o de Richard L. Merritt — *The Colonialists Discover America: Attention Patterns in the Colonial Press, 1735-1755*, artigo publicado em 1964; sobre estrutura social, sem uso de computador, como G. E. Aylmer — *The King's Servants: The Civil Servants of Charles I, 1625-1642*, de 1961; Lawrence Stone — *The Crisis of the Aristocracy, 1558-1641*, de 1965; Stephen Ternstron — *Poverty and Progress: Social Mobility in a Nineteenth Century City*, de 1954; Charles Tilly — *The Vendée*, de 1964. Mais eficiência e rigor há quando se empregam técnicas para manejar máquinas eletrônicas, de modo que a investigação fica muito mais dilatada, como se vê em Theodore K. Rabb — *Enterprise and Empire: Merchant and Gentry Investment in the Expansion of England, 1575-1630*, de 1967. Sempre em busca de métodos mais refinados, chega-se ao uso da matemática, como se vê em Robert William Fogel — *Railroads and American Economic Growth: Essays in Econometric History*, de 1964. E há muitos outros casos, em História das idéias, política, jurídica. Também os volumes da coleção *Ports, routes et trafics*, a enorme obra de Pierre Chaunu; estudos de demografia histórica, de movimento de mercados, preços, salários, produções, investimentos. Lembra ainda Price que

“os grandes avanços da computação, logrados a partir de 1945, permitiram a expansão dessas técnicas no trabalho histórico quantitativo” (até aqui seguimos o estudo de Jacob M. Price — *Principais tendências da investigação quantitativa recente no campo da História*, publicado em 1969).

Gostaríamos de acrescentar aos exemplos do professor de Michigan a importante *Histoire quantitative de l'économie française*, feita por um grupo do *Institut de Science Économique Appliquée*, da Universidade de Paris, sob a direção de Jean Marczewski — teórico da escola que tem atitude muito severa de crítica do trabalho dos historiadores, pois êle faz uma História Econômica na perspectiva sobretudo do economista, como economista que é (sua importante teorização está sobretudo em *Introduction à l'Histoire Quantitative*). A História passa a contar com mais um método, trabalhando na mesma linha que a mais avançada ciência social de seu tempo. O ponto máximo é atingido pelos historiadores que se fundam na econometria. Poderíamos citar inúmeros títulos de obras, para ilustração de novas tendências, reveladoras de desdobraimento de perspectivas, principalmente na bibliografia norte-americana: não o fazemos para não alongar demais o

texto (há dezenas de exemplos em comunicações com as que se encontram na coletânea organizada por Ralph L. Andreano — *The New Economic History*). As críticas que se fazem à orientação frequentemente carecem de base, embora contribuam para corrigir algum excesso ou a pretensão de transformar o estudo social em números, gráficos e curvas, em vício que já foi curiosamente designado como “quantofrenia”, no menosprêzo do qualitativo. O certo é que a História quantitativa — às vezes chamada *New History* ou *Cliometrics*, nos Estados Unidos — dá contribuição de valia e vai mesmo ser marco na história da historiografia.

Temos aí um elemento novo no panorama da pesquisa. Gostaríamos de lembrar ainda: ao lado dessa metodologia rica, a conduzir o investigador — é mais uma, não é “a” metodologia —, o fato de que surge outra forma de tratar o documento, que enriquece a ciência e o esforço de organização do material: referimo-nos aos Bancos de dados, dos quais se tratou, ligeiramente. Os Arquivos é que recolhem os papéis. Fonte para pesquisas, desenvolveu-se técnica de arranjo do material e de publicação de guias, com a simples referência, que tudo é fichado e catalogado com rigor. Eles contam com auxílio de muitas formas de reprodução, que levam aos *microcards*, *microbooks* e *ultra-microbooks*, de forma a ganhar espaço, garantir a sobrevivência e dar facilidades ao interessado que vive longe e pode pedir o que quiser. Um Arquivo moderno é perfeito como ordem e até beleza, dá idéia de laboratório de cientista no ano 2000, longe da imagem de pacotes, pilhas e muito pó. Estádio superior é o Banco de dados, constituído por material que já se elaborou: as informações, numéricas ou não, são postas em cartões, pelo uso de máquinas perfuradoras, convenientemente trabalhadas pelos programadores. Feita a codificação, tem-se que o dado constitui cartões, fichas ou fitas que podem ser aproveitados de muitos modos. No Banco de dados há amplo apêlo à máquina, à eletrônica. A nova entidade é forma superior de organização arquivística, o que não significa o desaparecimento dos outros: o Arquivo recolhe tudo, não discrimina nem despreza papéis, enquanto os Bancos de dados acolhem os que podem ser processados.

E’ engano supor que só servem para a Administração, a Economia, a Política, a Sociologia — nas quais tem sido muito aplicado —, mas também à História. Sobretudo a História econômica se interessa por êles, para o trabalho com informações numéricas ou não, mas também outras Histórias especiais se servem de suas possibilidades. E’ o que já se viu, na citação de Oscar Cornblit, no item anterior, com referência à possibilidade de usar os organismos não só para informações mas até para o estudo de atitudes, ideologias, através de técnicas que vêm sendo elaboradas, com a listagem de palavras isola-

das ou expressões, a análise de conteúdo em documentos históricos, que podem ser passados para cartões e fitas magnéticas. O problema aparece ainda em uma comunicação de Torcuato S. Di Tella, sobre o estudo do processo de mudança social na América Latina, em que se leva em conta a perspectiva histórica: no Banco de dados que imagina incluem-se documentos do século XIX, sejam numéricos, sobre população e variáveis econômicas, sejam os políticos, como proclamações, discursos, correspondência, nos quais é possível surpreender a ideologia do século XIX, dos fundadores das nacionalidades americanas (*Metodologia para un Banco de Datos socio-políticos de America Latina*). Outros exemplos poderiam ser apresentados, da Europa e dos Estados Unidos.

Se nos alongamos um pouco no significado da quantificação e do Banco de dados em História é que essa referência, ligeira e puramente ilustrativa, tem em vista evidenciar a superioridade do que se faz hoje no mundo em centros adiantados. E note-se que nossa informação é restrita, que só temos notícia das duas primeiras conferências que trataram da matéria — as de 1963 e 64. Ora, o novo organismo estava nascendo então. De 1965 para cá, outras conferências foram feitas, muito aprimoramento se verificou. Pelo que se referiu, é pequeno o lugar ocupado pela História — o que se quis foi mostrar que ela acompanha a evolução das ciências sociais, embora esteja um pouco menos avançada —, mas é possível se tenha caminhado bem mais. Já há até publicação regular intitulada *Computers and the Humanities*, iniciada em 1966, que dá o quadro do que se faz: aí, possivelmente, deve haver algo sobre a História. Lamentamos não ter maiores e mais recentes informações: o que sabemos com certa minúcia é de livro de 1966 (Stein Rokkan — *Data Archives for the Social Sciences*), no qual quase não há nada sobre História; ou de outro, de 1970 (Barzun & Graff — *The Modern Researcher*), mas sem a informação no nível que desejávamos.

Se assinalamos com tanta ênfase o método quantitativista e a nova forma de tratamento documental, é que eles nos parecem valiosos como enriquecimento da perspectiva. Não lhes atribuímos valor absoluto, é claro. A quantificação é apenas um método a mais, nem sempre aplicável e que não elimina outros: demais, o historiador, como qualquer outro estudioso, só é eficaz quando tem poder de criação, capacidade inventiva. Assim como se requer a “imaginação sociológica”, requer-se a “imaginação histórica”. Os grandes nomes não se bitolaram por um método, muito menos por números, curvas e funções, que podem ser tão ou mais enganosos que as fórmulas antigas de encarar o tema. Nem se veja no realce concedido ao instrumental eletrônico e aos Bancos de dados a idéia de que os temos como a fórmula

mágica para resolver problemas. Se são eficazes, é sobretudo em História que têm mais precariedade e exigem mais cautela de quem os emprega. Acreditar que novos métodos de trabalho ou técnicas com documentos resolvem tudo, são a palavra definitiva, é assumir atitude ingênua, de gosto de novidade pela novidade, de deslumbramento sub-desenvolvido, agravado pelo aparato mecânico. Continuamos a crer que todo esforço científico é criação do homem, servido pelo instrumental de que dispõe, mas feito de lucidez e inventiva.

Co'oca-se agora o problema: em que posição se encontra a pesquisa histórica no Brasil, relativamente a essas técnicas? A resposta é realmente desalentadora. De fato, bem pouco se fez no sentido de conquistas modernas. A historiografia brasileira está pouco além do que estava em 1900, apesar dos cursos superiores de História. Se produz hoje, como ontem, obras notáveis, é por esforços individuais, que não se integram em trabalho de grupo. O resultado, então, é ainda insatisfatório. A defasagem entre a produção brasileira e a de núcleos mais desenvolvidos é considerável, como considerável também é a que se verifica entre a História e algumas ciências sociais, como a Economia. Não se pode fugir à verificação: negá-la é não querer enfrentar a evidência. Se escrevemos sobre o assunto, não é pelo prazer de consignar faltas — é com melancolia que o fazemos —, mas para alertar os que se dedicam à matéria. Daí o sentido da comunicação que apresentamos a um colóquio de professores que debatem a pesquisa histórica no Brasil. Não é a crítica pela crítica nem o gosto da denúncia, mas a convocação para o trabalho. E' preciso reexaminar a História, ver suas insuficiências, para que se encontre um caminho que as supere.

*

VI. — *Renovação da pesquisa histórica no Brasil.*

No Brasil a História teve grandes cultores no passado, como os tem no presente. Impuseram-se pelo talento, méritos pessoais. Receberam consideração como escritores — a que é possível em país de pouca leitura, de maioria analfabeta. Neste século surge a especialização em ciência social — e economistas, sociólogos e outros são convocados para as funções públicas, as empresas, fazem carreira; contribuem para esclarecer a realidade nacional, com seus estudos, ou para trabalhá-la, com atuações decisivas. Formam-se cursos superiores para a formação de tais autoridades, que o estádio científico requer preparo, quando antes eram egressos de escolas de Direito, às vezes de Engenharia, Medicina ou Seminários. As novas especiali-

dades, abertas às inovações, incorporam o que se faz de importante pelo mundo. Acreditamos que a produção média brasileira não esteja aquém da de centros avançados. A História, antes cultivada, continua em nossos dias a merecer atenções, mas o nível do que aparece é o de ontem, em grande parte. Não conquistou posições, talvez tenha mesmo perdido algo. A maior parte do que é feito é de nível modesto, equívoco. Formou-se o estudo em curso superior, que não atingiu o alvo que devia atingir. A História é vista, pelo grande número, como estudo ornamental, lembrada nos dias feriados, comemorações de cunho nacional ou regional. Não seguiu o processo verificado em outros países, intelectualmente amadurecidos. A falta de realce comprova-se no despreço por parte dos alunos do curso secundário, que são obrigados a estudá-la, vendo-a como perda de tempo. No serviço público não tem importância, como se vê na desatenção das autoridades aos Arquivos: quando se lembram da História é para comemorações, em idéia pouco clara e por vezes errônea do que seja formação de uma consciência nacional.

Ante êsse quadro de desajustamento, incompreensões ou falsidades, impõe-se virada por parte dos que a colocam em seu verdadeiro pôsto, como setor de conhecimento que tem papel a desempenhar, na vida do Brasil, ou na ciência social, que a requer, pela explicação que dá e seus efeitos práticos. Urge, em suma, como se escreveu antes, superar as limitações que a tolhem e comprometem, concedendo-lhe o papel que tem no quadro científico brasileiro e universal — que a História do Brasil é capítulo da História do mundo: é tarefa que se impõe à inteligência e pela qual respondem os seus cultores e só podem dizer algo os que a compreenderam em sua justa natureza. Seria o caso de alinhar alguns elementos capazes de elevar o nível em que se encontra. Eles decorrem de quanto se escreveu antes. Daí alguma reiteração do que foi dito. São simples sugestões, que não devem ser interpretadas como receitas, que nos parece indefensável a atitude dogmática.

1. — *Estudo superior*. O curso de História da Faculdade de Filosofia responde apenas em parte à finalidade que deveria ter. E' razoável como formação de professôres para escola secundária, mas insuficiente como preparo do pesquisador. Note-se que não falamos "do historiador", que o importante é formar pesquisadores habilitados: entre êles alguns chegarão a historiadores. A idéia de que se devia criar, além do de História, um curso regular de pesquisa, como Instituto ou Departamento autônomo, não nos parece razoável. Haveria a duplicação de esforços e gastos, condenada por lei. Há iniciativas do tipo, eventualmente, como as do Arquivo Nacional. Melhor seria, tal vez, manter o curso de História — melhorando sua estrutura e currí-

culo, é claro —, em nível de graduação, estabelecendo-se a pós-graduação em História. Aí o estudo teria orientação mais técnica, de molde a formar o pesquisador hábil de todo o instrumental específico para a disciplina, bem como de boa base teórica, que lhe permitisse a interpretação. O ser ou não historiador, bom, médio ou ótimo, seria questão pessoal. Assinale-se logo que não há condições para multiplicação desses cursos. Deveria existir em uma Faculdade, talvez duas ou três, pelas dimensões continentais do país: não há pessoal habilitado para mais. Se se pode compreender a proliferação das Faculdades de Filosofia, nos moldes atuais, por características conhecidas, não se justificaria nunca o mesmo procedimento em curso de pós-graduação, que requer estrutura bem estudada e pessoal com alto preparo.

Se é na faixa de pós-graduação que se coloca a possibilidade de formar quem deve entregar-se à pesquisa e à historiografia, note-se que seu currículo tem de ser bem completo. Trata-se de curso eminentemente formativo, não informativo — ao contrário do regular, de graduação. Deve ministrar, pois, não partes ou temas de História, mas técnicas de trabalho. Além das que são há muito estabelecidas, a metodologia que as ciências sociais desenvolveram. Impõe-se o conhecimento de quanto se criou em matéria de análise do social: a coleta e depois o processamento do material; a análise de conteúdo; a construção de modelos, que permitam ao investigador ordenar o que achou, extraíndo do conjunto um sentido geral, que permita ao leitor fácil entendimento; as formas de listagem, tabulação, codificação, para dar à fonte obtida a ordem que a torne operacional, para o emprêgo nas máquinas modernas. O curso deve supor conhecimento de Matemática e Estatística, bases de qualquer estudo social; sabe-se que o que se pede dessas disciplinas nada tem de transcendente, que não se trata de preparar matemáticos e estatísticos, mas tão só de dar ao cientista social o mínimo que lhe permita aproveitar suas fontes em tôdas as virtualidades que contém. Deve dar ainda ao pesquisador rudimentos dos sistemas de computação, para que êle possa dirigir-se aos responsáveis por essas máquinas ou aos programadores com o material elaborado em nível de provável aproveitamento. Não se cogita de formar um especialista em Informática, mas alguém que tenha noção desse universo que tanto dá ao homem. O pesquisador, convenientemente instruído das técnicas tradicionais de Arquivo, já incorporadas ao seu ofício comum, de posse dos novos conhecimentos que a moderna ciência social desenvolveu, em busca da objetividade e rendimento, adquire categoria que não tinha antes. Deve completar o curso alguma disciplina social de alto poder explicativo, como a Economia, a Sociologia ou a Política, que lhe dê o instrumento interpretativo, de modo que êle ultrapasse o nível de simples descrição ou reconstituição,

em que antes se compraziam os historiadores. Como se vê, é estudo eminentemente interdisciplinar, que põe em jôgo a História, a Documentação, a Arquivística, a Estatística, a Matemática, a Linguística, a Economia, a Sociologia, a Política. Trata-se, pois, de estudo de fato superior, de cunho universitário, que eleva a História à categoria de ciência, de disciplina de densa elaboração. Só assim se dará passo decisivo para tornar a História do Brasil o que deve ser; pelo preparo do pesquisador é que se chega à possibilidade de surgimento de bons autores, que vão elevar a historiografia ao que ela deve ser, na ampliação e no aprofundamento de seus temas.

2. — *Profissionalização*. O pesquisador com formação técnica deve entregar-se ao trabalho com o fim de produzir algo que seja válido. Enquanto antes era comum alguém dedicar-se a certo assunto por motivos episódicos — simpatia por um personagem, culto de parente ou conterrâneo que é suposto importante, posse de um papel raro, atração por determinada época, os grandes temas de pesquisa surgem do conhecimento da História do Brasil no seu conjunto, que revela os claros, as incríveis faltas de que padece e devem ser superadas para que ela adquira mais rigor e profundidade, ultrapassando o esquema convencional, apenas político e no que a realidade política tem de mais externo e pouco eficaz como explicação. Além de escolha inteligente de campo a ser esclarecido, impõe-se o trabalho sistemático, dentro de padrões fixados pela ciência social. Não só a escolha do tema como a elaboração e o livro devem ser feitos com critérios especiais. Assim, o abandono do amadorismo, o labor historiográfico que não é devaneio ou *divertissement* nem modo de ocupar o tempo de aposentados que decidem ser escritores. Não mais o amadorismo, mas a atividade regular, com propósito de esclarecer aspectos da vida brasileira. Além das produções anteriores simplesmente para fugir do lazer, existia e vai continuar a existir o pesquisador que trabalha em uma tese, para mestrado, doutoramento ou outro título universitário, ou para comunicação em Congresso. Muito legítimo. O que se dá, no entanto, é que o pesquisador faz êsse trabalho e nada mais produz: quantos professôres de História há que só produziram a tese que lhes deu o título e o cargo? Ora, a consciência do trabalho historiográfico leva a algo mais, ao gôsto do ofício. Pode-se ser historiador como se é economista, médico, músico. Há o *métier d'historien*, que requer um preparo e uma sensibilidade. É preciso criar no país a consciência profissional, que a produção de obra histórica não é um escape à rotina, tarefa ocasional ou marginal. Quando se fala em profissionalização, não se pensa apenas em criar uma carreira no serviço público, em que figurem “historiógrafos”, mas no trabalho que não é eventualidade ou amadorismo. Pode-se colocar também o problema da car-

reira na administração, matéria que deve ser examinada e ter encaminhamento cauteloso, como se escreveu antes. E' claro que continuará a haver o que escreve livro de História por motivos eventuais, que não se há de proibir a possibilidade. O que importa é que a historiografia não seja feita de tal modo, de casuais incursões. Essas, no entanto, vão continuar e podem até enriquecer a bibliografia, como sempre aconteceu.

A História praticada sem diletantismo leva aos trabalhos de grupo. Us dos vícios do presente quadro é a produção como iniciativa individual, exercida por um só. Ora, os grandes temas, com as novas técnicas, requerem esforço, que implica em pesquisas longas e que colhem muito material, que deve ser elaborado por vários, não só pelo vulto como pela possibilidade de reunir pessoas com características diversas, cujas visões se completam. A pesquisa mais profícua será a que estiver integrada no plano de alguma Escola, Universidade, Instituto, não só pelos recursos financeiros — a massa de material a ser tratado e as formas eficientes de processamento os requerem —, como pelo labor interdisciplinar. Demais, só essas entidades, quando superiormente dirigidas, podem conceber os grandes projetos, de que resultam as obras maduras e realmente necessárias para um quadro completo de conhecimento. As características das sociedades atuais, altamente especializadas, impõem o trabalho de grupo, seja para o maior rendimento do que se faz, seja para seu aproveitamento por muitos. Também na área científica a socialização é imposta em nossos dias.

3. — *Arquivos*. A documentação histórica é imensa, espalhada por dezenas de Arquivos, sem falar no que há ainda por ser recolhido. São instituições em geral a cargo do poder público, que as deixa desassistidas. Pouquíssimos Arquivos têm o mínimo de organização. O maior número é simples amontoado de papéis, que se perdem pela ação do tempo, pela incompreensão de autoridades incompetentes e insensíveis, que os destroem para ganhar espaço. Quando a matéria conhece alto grau de racionalidade na organização, como se vê na Europa e nos Estados Unidos, aqui ela está no ponto inferior da escala. Apesar de alguns cursos especiais já havidos, do que se ensina em cursos de História e Biblioteconomia, pouco se aplica. Falta o mínimo de organização, com índices, fichários, catálogos, separação do material a algum título — natureza, cronologia —, defesa contra a destruição. Poucos têm serviço de microfimes, aparelhos para leitura, que esse mínimo de ordem mecânica é ainda em grande parte desconhecido. Em alguns raros centros existem museus e arquivos para preservação do patrimônio histórico, com a coleta de documentos contemporâneos — papéis, fatos, registro da voz e da imagem.

O Brasil não conheceu ainda a fase da superior organização arquivística da Europa e dos Estados Unidos, em seus primeiros momentos — as tarefas de separação de papéis, sua coleção, depois os catálogos, gravações, microfilmagem. Ora, nesses centros já se está em nível mais adiantado, com o processamento do documento através de certas tarefas, como a análise de conteúdo, seu uso no que tem de quantidade e qualidade, de modo a poder chegar-se ao “átomo de informação”, que permite sejam preparados para as fichas ou fitas magnéticas, que se usam de acôrdo com códigos que conduzem à sua manipulação por computadores, de maneira a serem ordenadas e reordenadas, de acôrdo com o interêsse do pesquisador. No Brasil não se atingiu o primeiro degrau do arranjo arquivístico, enquanto outros países estão em fases de refinamento e funcionalidade que chegam a parecer fictícios: usam a eletrônica, quando aqui não se usa, na maior parte das vêzes, nem o trabalho elementar da separação e catalogação. E’ tarefa que só o Estado pode realizar, escapa ao indivíduo ou às pequenas entidades: compete ao setor público, no plano alto da administração federal, única a dispor de recursos financeiros, técnicos e humanos. Cumpre ao estudioso de História alertar a autoridade, para que o país não perca a lembrança do que foi e se realize melhor no que deve ser.

4. — *Instituto Nacional de Pesquisa Histórica*. Idéia apresentada em 1952, não teve ainda execução. Seria maneira de elevar o nível da pesquisa, dando-lhe assistência, organização e melhor aproveitamento. A forma de criar e estruturar o órgão ainda não foi estabelecida — prova de que não se cogitou da idéia. Como deve estar ligado ao setor público, impõe-se estudo atento do que vai ser feito. Não se concebe o Instituto como uma repartição a mais, a conceder empregos, que é um serviço especial e requer normas específicas. O recrutamento de quem deve aí servir tem que obedecer a severos critérios, pois o campo de atuação supõe grau muito alto de preparo. Quando se fala que é necessário criar o Instituto é que há inúmeras tarefas que lhe competem. Não vamos referi-las, que estão convenientemente arroladas no plano de José Honório Rodrigues, que se encontra em seu livro, já citado. Órgão central de administração, deve traçar normas para todos os Arquivos do país — estaduais, municipais. Mesmo os particulares — religiosos, de emprêsas ou pessoais — devem obedecer às suas instruções. O Instituto Nacional de Pesquisa Histórica não deve ser um Arquivo já existente, nem deve ter um Arquivo. Cabe-lhe coordenar a ação de Arquivos, através de padronização de serviços, fornecimento de técnicos para assistência a quantos solicitarem. O Instituto deve fazer ou estimular sejam feitos catálogos dos Arquivos que se encontram em todo o país, índices de

suas publicações. A edição de livros de documentos, como se fêz com bons resultados no Brasil (as coleções *Documentos Históricos* e *Anais da Biblioteca Nacional*, do Rio de Janeiro, ou as do govêrno de São Paulo, além de Revistas que há em vários pontos do país), ou como se fêz, em monumentais obras, na Alemanha, Portugal e outros países, no século passado (gênero *Monumenta Germaniae Historica*) já não tem mais lugar. Cabe então publicar índices e catálogos, com ementas perfeitas, de modo que o interessado solicite o que deseja, o que é fácil nesta época de transportes fáceis, de microfilmes e xerox. A Biblioteconomia está suficientemente desenvolvida no país para realizar com êxito as tarefas. O Instituto coordenará o labor, no âmbito nacional, recolhendo cópias de todos os levantamentos. Pode ter, assim, contrôle do que há, para informar quando solicitado. Publicação sistemática e periódica dará ciência aos interessados da marcha dos trabalhos. Será um centro coordenador do que se produz, expedindo instruções, dando assistência, colhendo levantamentos para servir como órgão central da informação histórica no país. Pela tarefa que tem, vê-se a natureza especializada do pessoal que requer. Seria conveniente que o Instituto fizesse publicações de natureza técnica, sôbre organização de Arquivos, formas de trabalho, instrumental conhecido — antigo e moderno —, desde o equipamento material simples até o complexo, da mesa, estante, fichário até o microfilme e o computador. Só assim, através da distribuição pelos vários Arquivos estaduais e municipais, é que organismos mais modestos e distantes teriam conhecimento do que há e se pode fazer. Sabe-se que a simples distribuição de pouco vale, pois há diretores que recebem essas publicações e as colocam nas gavetas: apegados à rotina, vêm com má vontade qualquer inovação e nem fazem a leitura, às vêzes menos por má fé que despreparo. Cumpre ao govêrno federal, através do Instituto, tomar providências para que haja atuação, enviando seus técnicos para estágios ou convocando funcionários para cursos rápidos e eficientes. Mais ainda: fiscalizar o funcionamento de todos os organismos, que a lei deve estabelecer um vínculo entre êles e o Instituto. O govêrno já acordou para o problema, como se vê no “Compromisso de Brasília”, em que convoca as autoridades para a preservação do patrimônio histórico. Deve passar do procedimento ao trabalho, de modo a por o país junto das nações adiantadas. Só assim a historiografia poderá avançar, colocando-se no nível das de países mais modernos e no das outras ciências sociais, que aparecem hoje como superiores em matéria de método e qualidade na produção. Outra tarefa do Instituto seria o contrôle de quanto se faz, centralizando informações sôbre o trabalho pessoal ou de entidades, públicas e particulares, universitárias ou não. Através de inquérito poderia saber o que

há, dando conta em Boletins periódicos, para que se tivesse informação e os interessados pudessem entrar em contáto uns com os outros; poder-se-ia evitar assim duplicidade de trabalho ou complementar as atividades, com auxílios recíprocos. E' prática comum nos Estados Unidos, por exemplo. No Brasil algo se fêz e se faz no mesmo sentido: há anos, a Universidade do Paraná enviou circular a estudiosos, a fim de levantamento; o mesmo vem sendo feito, em escala apreciável, pelo Setor de Documentação do Departamento de História da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo. O Instituto Nacional de Pesquisa Histórica poderia dar amplitude à iniciativa.

*

5. — *Banco de Dados de História do Brasil*. O Instituto deve cuidar ainda de um Banco de dados, que faça parte de sua estrutura, da qual será talvez o setor mais importante e dinâmico. A matéria devia estar no item anterior. Pela sua relevância, no entanto, parece-nos deve constituir nôvo item, para mais despertar atenção. Poder-se-ia, através de estudos cuidadosos, chegar a uma normalização do trabalho de pesquisa e à constituição de um depósito de informações realmente precioso, dando ajuda ao pesquisador e mais dignidade ao esforço de pesquisa, que se transformaria em elemento de utilidade social. O historiador tem que cogitar de novas técnicas, que lhe é impossível, com o uso das tradicionais, dominar a massa de centenas de milhares de documentos de que tem noítcia. Assim, quem fizesse inquérito sôbre determinado tempo ou assunto, coletando material, não devia bandoná-lo, findo o trabalho. O que se dá é que a pesquisa individual é feita para uma tese ou livro. Realizado o intento, o pesquisador destrói o que fêz — fichas, questionários e vários outros modos de obtenção de dados —, ou guarda-o para que seja destruído mais tarde, quando afastado do tema ou quando morrer e os parentes arrumarem o que deixou. Ora, seria ideal que todo investigador, terminado o que se propôs, encaminhasse o que coletou para um organismo que o guardasse, constituindo-se assim um Banco de dados para a História do Brasil. E' claro que serviço dêsse vulto requer não só conhecimentos históricos, mas de técnicas modernas com as quais o pesquisador não costuma ter familiaridade. Seria preciso, pois, convocar autoridades nesses processos, que formassem grupos de historiadores, de modo que se traçassem normas para a pesquisa e o processamento dos dados obtidos. O organismo, depois de aquilatar o valor do que recebe, se houve correção na coleta e há confiabilidade no material, pode simplesmente depositá-lo, para que outros investigadores que se interessem pelo mesmo tema o utilizem,

seja para complementar pesquisas de temas afins ou do mesmo tema, seja para estabelecer paralelos — um estudo sôbre a imigração em Minas, por exemplo, que é recolhido, pode servir para quem estuda a população, a mão-de-obra, a tecnologia, ou para quem estuda o tema no Estado da Bahia, para comparações. A pesquisa anterior pode ser um ponto de partida. Já se lembrou, em passagem de outro item, a distinção entre Arquivo e Banco de dados. Neste, ao tratar do Instituto Nacional de Pesquisa Histórica, assinalou-se que êle não deve ter Arquivo. Agora, fala-se no depósito, no Banco de dados de História do Brasil, das pesquisas feitas. Não há contradição: o Banco de dados recolhe-as para que não se percam, apenas, constituindo um setor do organismo. Se forem elaboradas em têrmos superiores, de possível aproveitamento para as máquinas — seja pelo autor que as entrega, seja pelo órgão que as recebe e resolve trabalhá-las mais —, é que passam pròpriamente a fazer parte do Banco de dados. Se êle estiver perfeitamente constituído, pode estudar a pesquisa e, depois da conveniente tabulação, listagem de palavras ou outro processo que permita codificação, processar o material, reduzindo-o a fichas ou fitas magnéticas, que ficam ao dispor de quem se interessar, em qualquer ponto do país ou mesmo do exterior. E' o Banco de Dados de História do Brasil, nos moldes dos que há para Administração, Economia, Sociologia. E' incalculável o alcance da providência, aumentando o grau de qualidade da produção historiográfica, pelo auxílio aos pesquisadores e até pelo fato de revelar temas, suscitando novas pesquisas e obras. Assinale-se, ainda, que dêsse modo o trabalho de pesquisa histórica não se perde no esforço de um indivíduo, mas continua transformado em "átomos de informação" para outros. A investigação passa a ter alcance social.

*

VII. — *Perspectiva final.*

A comunicação ficou mais longa do que devia e era desejado pelo autor. E' que procuramos encarar a pesquisa em panorama amplo, não só da realidade nacional como das ciências sociais. A consciência histórica amadurecida é projeção de país que conhece desenvolvimento. Como se viu da análise, parece-nos que é dramática a situação dos estudos de História no Brasil. Se foi a primeira ciência social, não acompanhou o ritmo evolutivo das outras, que se adiantaram, sobrepujando-a, como se dá com a Economia e a Sociologia; não acompanhou nem mesmo o ritmo da História Geral. Se há evidente desnível entre a evolução da História e das outras ciências sociais, no plano do que se produz no mundo, êle se agrava no Brasil. Daí certo con-

ceito de menosprêzo relativamente a ela que se verifica, pelo qual devem responder sobretudo os historiadores. Depois de tentar a situação do estudo da História do Brasil no quadro nacional, esboçou-se a da pesquisa, apontando algumas faltas e seus responsáveis; fêz-se breve referência às conquistas das ciências sociais, que levaram a seu adiantamento relativamente à História; procurou-se mostrar o que têm sido algumas inovações na História em outros centros, com metodologia quantificadora e técnica de tratar a documentação; à vista de quanto se disse, apresentaram-se indicações que levassem a superar as faltas, através de nôvo conceito do ensino, profissionalização, labor historiográfico, renovação dos Arquivos, idéia de um Instituto de Pesquisa Histórica e um Banco de dados de História do Brasil.

Procurou-se, pois, examinar o progresso da disciplina, relacionando-a com a realidade de sua prática no país. O resultado é um tanto desalentador, pois fica evidente, cada vez mais, a distância entre as outras ciências sociais e a História, ou entre a História geral e a do Brasil. A análise é crítica, procurando consignar as faltas, não pelo prazer de encontrá-las, mas como denúncia de posição que deve e pode ser superada. O que fazemos, sobretudo, é convocação ao trabalho. Urge suprir os claros na formação do investigador, para que a historiografia melhore de qualidade. Ao lembrar técnicas modernas, como a quantitativa, ou formas novas de trabalho, como os Bancos de dados, ou sugerir certa padronização da pesquisa, para seu aproveitamento por muitos, na superação do amadorismo pelo profissionalismo, do trabalho individual pelo de grupo, é que nos parece haver aí possibilidade de nota mais alta no que se produz. E' preciso convocar os técnicos de comunicação, de biblioteconomia, de equipamentos eletrônicos, para que êles ajudem o historiador nesse esforço de encontrar meios que permitam a normalização da pesquisa, o processamento de dados, como se convoca o linguista para a análise de conteúdo, o sociólogo e outros para a interpretação. As ciências do homem constituem totalidade, que impõe labor interdisciplinar. A exclusão ou menosprêzo de alguma, bem como a disputa entre elas, são modos falsos de ver, reveladores de despreparo.

Não se veja na comunicação o gôsto de denúncia nem o de polêmica, que somos avessos ao gênero. Menos ainda se veja a pretensão de ter domínio da matéria. Não sabemos o caminho para a normalização, não dispomos de conhecimento de estatística, matemática e computadores que nos capacite para a História quantitativa, o trabalho do Banco de dados. Apenas chamamos a atenção para o problema: o estudioso de História tem que elevar o nível, para que não se agrave a sua diferença quanto a outros ramos científicos. Além da necessidade de conhecer melhor as formas consagradas — que aplica

muitas vezes com insuficiência —, precisa inteirar-se de outras. Existem técnicas novas, às vezes difíceis, mas de acesso possível. Aplicam-se a períodos recentes, sobretudo: anteriormente ao século XIX são viáveis, ainda que exigindo maior esforço. É sobretudo o presente, no entanto, que conta, pois, adaptando Barraclough, estamos interessados

“muito mais no mundo novo que surge para a vida do que no velho mundo que se extingue” (*Introdução à História Contemporânea*, p. 12).

E é nesse mundo nôvo que se insere o Brasil.

Demais, a força do passado é cada vez menor, que o homem se arma com superioridade para sua realização: como o ritmo está vertiginoso — a famosa “aceleração da História” —, decresce o peso de períodos recuados. No próximo século, possivelmente, o homem vai olhar para os anos anteriores à cibernética, às viagens espaciais, como algo tão distante que terá a impressão de que a História começa na segunda metade do século XX. Antes foi apenas o preparo: o que se fez, pelo pequeno vulto, perde a expressão, o que não significa deva ser relegado. E é o historiador que tem de mostrar o que foi essa trajetória, mais profundamente apreendida pela visão que tem quando domina as formas de análise que lhe são dadas hoje, enriquecedoras também da imagem de períodos distantes. Organizando bem o conhecimento do século XIX e sobretudo do atual, sem esquecer as suas bases, estaremos preparando o trabalho dos futuros estudiosos e tentando destruir o conceito vulgar que se tem do historiador. Ele é homem preocupado com as mudanças do homem no tempo, não alienado que se afoga na contemplação saudosista do passado: para realizar com êxito a tarefa que lhe cabe no estudo da realidade social, deve ter o domínio de quanto se faz em busca de aprimoramento metodológico.

* *
*

OBRAS CITADAS.

Mário de ANDRADE. — *O movimento modernista*. Rio de Janeiro. Casa do Estudante do Brasil, 1942.

Ralph L. ANDREANO, Ed. — *The New Economic History: Recent Papers on Methodology*. New York. John Wiley & Sons, 1970.

- G. BARRACLOUGH. — *Introdução à História Contemporânea*. Rio de Janeiro, Zahar Editôres, 1966.
- Jacques BARZUN & Henry F. GRAFF. — *The Modern Researcher*. Revised edition. New York. Harcourt, Brace & World, 1970.
- Oscar CORNBLIT. — *Conflicto, Cooperación y Cambio: interpretación formal de un modelo de cambio social para América Latina*. 2a. ed. — Buenos Aires, Instituto Torcuato Di Tella, 1969.
- Jean MARCZEWSKI. — *Introduction à l'Histoire Quantitative*. Genève. Droz, 1965.
- Franklin de OLIVEIRA. — *Morte da memória nacional*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1967.
- Jacob M. PRICE. — "Principales tendencias de la investigación cuantitativa reciente en el campo de la Historia". In Enrique FLORESCANO, ed.: *Perspectivas de la Historia Económica cuantitativa en América Latina*. México, Comisión de Historia Económica (CLACSO). 1970 (p. 9-33).
- José Honório RODRIGUES. — *A pesquisa histórica no Brasil*. 2a. ed. — São Paulo. Companhia Editôra Nacional, 1969.
- Stein ROKKAN, ed. — *Data Archives for the Social Sciences*. Paris. Mouton & Co., 1966.
- Torcuato S. DI TELLA. — *Metodología para un Banco de Datos socio-políticos de América Latina*. Buenos Aires. Instituto Torcuato Di Tella, 1968.